

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 35, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Libras, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 15/2014.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Libras, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 15/2014, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM LETRAS: LIBRAS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 35/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

PORTO NACIONAL/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 35/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
LETRAS: LIBRAS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
(ATUALIZAÇÃO 2018).**

PORTO NACIONAL/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM **LETRAS: LIBRAS**

Porto Nacional
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitora de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitora de Extensão e Cultura

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Diretor do Câmpus de Porto Nacional

George França dos Santos

Coordenador do Curso de Letras: Libras

Rodrigo Augusto Ferreira

SUMÁRIO

1	CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1	Histórico da Universidade Federal do Tocantins	6
1.2	A UFT no contexto regional e local	7
1.3	Missão e objetivos estratégicos institucionais	9
1.4	Estrutura organizacional	10
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	11
2.1	Dados do Curso	11
2.2	Diretor do Câmpus	11
2.3	Coordenador do Curso	11
2.4	Servidores técnico-administrativos	11
2.5	Professores do Curso de Letras: Libras	12
2.6	Histórico do curso: sua criação e trajetória	12
2.6.1	Diretrizes gerais para os cursos de formação de professores da Educação Básica	13
2.6.2	Atos legais da UFT	13
3	BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	14
3.1	Diretrizes e princípios pedagógico	14
3.2	Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	15
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	16
4.1	Administração acadêmica	16
4.2	Coordenação acadêmica	16
4.3	Projeto Pedagógico do Curso	17
4.3.1	Justificativa	17
4.3.2	Objetivos do Curso	21
4.3.3	Perfil do egresso	22
4.3.4	Competências, atitudes e habilidades	23
4.3.5	Campos de atuação profissional	23
4.3.6	Organização curricular	23
4.3.7	Conteúdos curriculares	25
4.3.8	Distribuição da carga horária	33

4.3.9	Matriz curricular	35
4.3.10	Migração para a nova estrutura	39
4.3.11	Tabela de equivalência	39
4.3.12	Ementário	43
4.3.13	Metodologia	88
4.3.14	Interface ensino, pesquisa e extensão	89
4.3.15	Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PADI, etc.	90
4.3.16	Interface com as atividades complementares	91
4.3.17	Estágio curricular obrigatório e não obrigatório	91
4.3.18	Prática profissional	92
4.1.19	Trabalho de Conclusão de Curso	92
4.3.20	Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	93
4.3.21	Formação Continuada	94
4.3.22	Avaliação do Projeto do Curso	94
4.3.23	Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)	95
5	CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	96
5.1	Formação acadêmica e profissional do corpo docente	97
5.2	Regime de trabalho	99
5.3	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	99
5.4	Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo do Curso	99
6	INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	100
6.1	Laboratórios e instalações	100
6.2	Biblioteca	101
6.3	Periódicos especializados	102
6.4	Área de lazer e circulação	102
6.5	Acessibilidade para pessoas com deficiência	102
6.6	Setores Administrativos do Câmpus de Porto Nacional	103
7	ANEXOS	104
7.1	Regimento do Curso	104

7.2	Regulamento de estágio curricular obrigatório e não obrigatório	110
7.3	Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso	114
7.4	Atividades complementares	121

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor Doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o Prof. Me. Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT. Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins),

que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes a eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocanrinense. E, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Com uma estrutura multicâmpus, a UFT atua em sete localidades no Estado do Tocantins, implantados nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Em este período de 15 anos de existência houve um expressivo incremento na área construída da Universidade. Passamos de 41.069,60 m² em 2003 para mais de 146.000 m² em 2015. Em número de alunos passamos de 7283 em 2003, para 18.386 alunos em 2017.

A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente a Universidade oferece 61 cursos de graduação presenciais, oferecidos nos sete câmpus, e 05 cursos de graduação na modalidade à distância. Além de 17 cursos de mestrado acadêmico, 11 de mestrado profissional e 7 de doutorado acadêmico, reconhecidos pela Capes. Além dos vários cursos de especialização presenciais. No total são 1071 docentes efetivos, 100 substitutos e 844 técnicos administrativos. Estima-se que em 2018 há cerca de 18.880 alunos.

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo geograficamente todos os pontos cardinais do mesmo. O Tocantins é o mais novo Estado da Federação Brasileira, criado com a promulgação da última Constituição Brasileira em 5 de outubro de 1988 e ocupa área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da região norte do país, limitando-se ao norte com o

Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado de Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única. A população do Estado de Tocantins é de 1.532.902 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada.

Existe uma população estimada de 5.275 índios distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 hectares. Desse total, 630.948 hectares já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio - Funai. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação a região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

Caracterização Econômica e Financeira da Região

As principais atividades econômicas do Estado de Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (108.740 ha), milho (121.113 ha), soja (719.356 ha), mandioca (11.827 ha) e cana-de-açúcar (35.957 ha). A criação pecuária também é significativa, com 8.062.227 de cabeças bovina, 273.703 mil suínos, 264.995 mil equinos e 129.263 mil ovinos (IBGE, 2014). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, a construção civil, móveis e madeiras. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro. Em abril de 2013 o Estado contava com 47.434 empresas, sendo que 48% classificadas como Micro e Pequenas Empresas e 52% como Microempreendedores Individuais. A atuação destas empresas estava distribuída em 47,9% envolvidas no setor de comércio; 44,4% no setor de serviços; 7,6% na indústria e 0,2% no setor do agronegócio (SEBRAE, 2014).

A atividade econômica industrial do Estado do Tocantins contempla 3.175 unidades de produção, ativas e formais, que geram 31.332 empregos formais, sendo 47% das indústrias do Setor da Construção Civil e Mobiliário, seguido da Indústria Mecânica/Metalúrgica/Material Elétrico com 18% e as indústrias do Ramo da Alimentação com 14% (FIETO, 2013). A distribuição das indústrias no Estado por porte, é composta predominantemente por indústrias Micro e Pequeno Porte, representando 97,19% das empresas formais e ativas. No Estado do Tocantins o setor industrial é alicerçado no subsetor da Construção Civil com 61,5% do total do PIB industrial, enquanto no Brasil este indicador é 19,6%. Já o subsetor da Indústria de Transformação no Brasil representa 62,1% do PIB industrial, enquanto no Estado do Tocantins este indicador é 11,1% (FIETO, 2013). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado do Tocantins em 2011 era de R\$ 7.844,67. O setor que teve maior participação no PIB nesse ano foi o setor de serviços (55,9%), seguido da administração pública (26,6%), a agricultura com 15,6% e a indústria com 19,6% (CONJUNTURA-TO, 2013). O setor da Administração Pública é o que mais emprega no estado do Tocantins (41% em 2012), seguido do setor de Serviços e do Comércio (20,4 %) (CONJUNTURA-TO, 2013).

Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Estado do Tocantins (2012), existem 1.475 escolas de ensino fundamental, 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas. O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9%, e

de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O Estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira, que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5. Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% em português, proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e 18,5% em matemática, a proporção de alunos que aprenderam o adequado a competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente.

O estado do Tocantins, com 26 instituições de ensino superior, sendo apenas duas de característica pública, UFT e Unitins, concentra 47 mil estudantes matriculados, registrados em 2013. Ainda de acordo dados de 2013 a evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos à distância (EAD), apresentaram um taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública. Em 2013, o estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano o estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada e ensino superior completo.

1.3 Missão e objetivos estratégicos institucionais

A Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer suas áreas de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se aproveite das oportunidades e minimize as ameaças do ambiente externo. A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap), conduziu no ano de 2014, os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2014 a 2022, através de reuniões nos câmpus e, também, conjuntas na sede da reitoria, na cidade de Palmas, com a participação ampla dos diferentes setores da universidade. O trabalho resultou em um documento institucional em que está descrito todo o processo metodológico e resultados alcançados bem como objetivos dentro de cada uma das dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A partir destes resultados foi construída a estratégia de elaboração do PDI para o período de 2016 a 2020.

Neste planejamento estratégico foram redefinidos para os próximos nove anos (2014 a 2022), a Missão, Visão e Valores da UFT, que representam sua identidade institucional, com o objetivo de facilitar e promover a convergência dos esforços

humanos, materiais e financeiros, regendo e inspirando a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. Esta tríade (Missão, Visão e Valores) serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica, no exercício das suas responsabilidades, ao buscar o cumprimento da Missão, na direção da Visão institucional.

Missão da UFT

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

Visão da UFT

Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

Valores da UFT

Para a promoção da missão, a UFT declara e promove os seguintes valores:

- ✓ Respeito à vida e à diversidade;
- ✓ Transparência;
- ✓ Comprometimento com a qualidade;
- ✓ Criatividade e inovação;
- ✓ Responsabilidade social;
- ✓ Equidade.

Grandes Pilares Estratégicos

- ✓ Atuação sistêmica;
- ✓ Articulação com a sociedade;
- ✓ Aprimoramento da gestão;
- ✓ Valorização humana.

1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido no seu Estatuto, homologado pela Portaria do Ministro da Educação nº 658, de 17 de março de 2004.

Conforme o Estatuto da Fundação UFT, são órgãos da administração superior:

- **Conselho Universitário** – CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. Atua como instância de deliberação superior e de recurso. Participam desse conselho o Reitor, os Pró-reitores, os Diretores de

câmpus e representantes de acadêmicos, docentes e servidores técnico- administrativos.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão** – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Dele fazem parte o Reitor, os Pró- reitores, os Coordenadores de Curso e representantes de acadêmicos, docentes e servidores técnico-administrativos.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Possui na sua composição: Gabinete do Reitor, Pró Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Considerando a estrutura multicâmpus, foram criadas sete unidades universitárias. No âmbito de cada Câmpus, a instância máxima de consulta e deliberação em matéria acadêmica e administrativa é o **Conselho Diretor**, composto pelo Diretor do Câmpus, Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-graduação, representantes docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. No âmbito de cada Curso, a instância superior é o **Colegiado de Curso**, que discute, delibera e acompanha as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvidas pelos docentes de seu quadro funcional.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Dados do Curso

Nome do Curso/Habilitação: Curso de Letras: Libras (Licenciatura) Modalidade do Curso: Presencial

Endereço do Curso: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês Porto Nacional- TO
CEP: 77500-000
Fone: 3363- 9447
Endereço eletrônico: librasportonacional@uft.edu.br

Número de vagas: 30

Turno de Funcionamento: matutino

Carga horária total: 3270 horas

Período de integralização do curso: mínimo 4 anos e máximo 8 anos.

2.2. Diretor do Câmpus: Prof. George França dos Santos

2.3 Coordenador do Curso: Prof. Rodrigo Augusto Ferreira

2.4 Servidores Técnico-Administrativos:

César das Neves Pinheiro (Secretário de Curso);

Guilherme Henrique Vaz de Oliveira Silva (Tradutor/intérprete de Libras);

Mariangela dos Santos Meneses (Tradutora/intérprete de Libras); All Uanser Junio Menezes Martins (Técnico de Informática); Robinson Luiz Paulo (Técnico de Audiovisual).

2.5 Professores do Curso:

Adelaine Valéria Gomes Lima,
Alanna Alencar de Araújo,
Bruno Gonçalves Carneiro,
Carlos Roberto Ludwig,
Cristiano Pimentel Cruz,
Felipe de Almeida Coura,
George França dos Santos,
Gabriela Otaviani Barbosa,
Gésica Suellen Sobrinho Costa,
José Ishac Brandão El Khouri,
Kátia Rose Oliveira de Pinho,
Maria Inez Souza Maia,
Renato Jefferson Bezerra Leão,
Rodrigo Augusto Ferreira,
Roselba Gomes de Miranda,
Suelen Silva de Oliveira,
Thainã Miranda Oliveira.

2.6 Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020) bem como o Plano Pedagógico Institucional - PPI definem como missão da UFT “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, de tal modo que a Universidade Federal do Tocantins se consolide “como espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”. Consoante esses princípios, observa-se o compromisso social da Universidade e seu comprometimento com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva.

A implementação do Curso de Letras: Libras na UFT coaduna-se com os objetivos e missão da Universidade e fundamenta-se no atendimento às demandas oriundas da legislação vigente no que se refere à formação de professores de Libras em nível superior, inclusão social dos surdos, e à implementação de políticas linguísticas, educacionais e de acessibilidade envolvendo os surdos brasileiros. O Brasil conta com embasamento legal nesse sentido, como a lei Nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como forma legítima de comunicação e expressão dos surdos brasileiros, ou seja, como uma das línguas reconhecidas legalmente no país; o Decreto Nº 5.626/2005, regulamentador da referida lei, que, além de outros aspectos, rege sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras nos cursos de formação de professores, além de prever a formação superior para professores de Libras; o Decreto Nº 7.387/2010, que institui o Inventário da Diversidade Linguística de Línguas Brasileiras; a Lei de Acessibilidade Nº 5.296/2004 que garante a acessibilidade das pessoas com deficiência à educação, dentre outros aspectos; o Decreto

Nº 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/2015, que institui educação bilíngue para surdos, presença de intérpretes de Libras em diferentes espaços e circulação de conhecimento em Libras; e o Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005/2014, que além de uma educação bilíngue para surdos, em Libras, prevê a disciplina de Libras na educação básica.

A construção do Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras orienta-se também pelos dispositivos legais dentre os quais se cita a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, bem como os atos normativos oriundos dela, especialmente as Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação:

2.6.1 Diretrizes gerais para os cursos de formação de professores da Educação Básica.

- Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001: Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002: Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.
- Parecer CNE/CP nº 9, de 5 de dezembro de 2007: Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

2.6.2 Atos Legais da UFT

- Resolução CONSEPE Nº 03/2005 que disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos Cursos Regulares da Universidade Federal do Tocantins.
- Resolução CONSEPE Nº 09/2005 que dispõe sobre as Atividades Complementares nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins.
- Resolução CONSEPE Nº 28/2009 que estabelece sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Resolução CONSEPE Nº 015/2011, que regulamenta a oferta de disciplinas nas modalidades semipresencial e tutorial na Universidade Federal do Tocantins.
- Resolução CONSEPE Nº 03/2011, que dispõe sobre a normativa que regulamenta os procedimentos para a realização de componentes curriculares em dependência pelos acadêmicos dos Cursos de Graduação.
- Resolução CONSEPE Nº 020/2012, que normatiza os Estágios Curriculares não obrigatórios.
- Resolução CONSEPE Nº 12/2013, que fixa procedimentos para a oferta de disciplinas na forma modular nos cursos de graduação oferecidos.
- Resolução CONSEPE Nº 14/2013 que dispõe sobre as normas para o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) da Universidade Federal do Tocantins.
- Resolução CONSEPE Nº 15/2013 que dispõe sobre as normas para o Programa Institucional de Monitoria (PIM) da Universidade Federal do Tocantins.
- Resolução CONSEPE Nº 18/2015 que dispõe sobre a criação e regulamentação do

Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins

O Curso de Letras: Libras, habilitação Licenciatura, oferta 30 (trinta) vagas anuais e funciona em modalidade presencial no turno matutino. A forma de ingresso dos candidatos se dá através do vestibular acessível aos surdos e deficientes auditivos com Teste de Habilidade Específica – THE em Libras. Consoante a proposta que se apresenta, o curso integraliza, na habilitação Licenciatura em Letras: Libras, 3.270h (três mil, duzentas e setenta horas), com duração mínima de oito (08) semestres e tempo máximo de 12 (doze) semestres para integralização completa dos créditos. Seguindo, pois, as diretrizes curriculares para a formação de professores do ensino fundamental II e ensino médio.

O Curso objetiva a produção e a democratização de conhecimentos na área de ensino da Libras e concede Diploma de Licenciado em Letras: Libras, com habilitação para o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira e segunda língua. A fim de fazer convergir para formação de excelência profissional, a estrutura curricular apresenta-se flexível, contemplando disciplinas do eixo de formação geral, disciplinas do eixo de formação específica e interdisciplinar, disciplinas do eixo de formação docente, estágio supervisionado, práticas como componente curricular e atividades complementares, o que possibilita ampliar conhecimentos e garantir a qualidade da formação profissional dos acadêmicos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras, em 2018, foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE a partir da colaboração de todos os professores membros do colegiado.

3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 Diretrizes e Princípios Pedagógicos

Para alcançar a missão institucional, segundo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2007), “todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a

correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

3.2 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

A busca pela excelência no ensino superior é a principal meta da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e isso exige um complexo planejamento e execução de ações, fruto de discussões e diálogos permanentes com a comunidade acadêmica, cujos resultados refletem a própria trajetória de consolidação e amadurecimento da Universidade Federal do Tocantins.

A Prograd realiza o acompanhamento dos cursos de graduação oferecidos nos sete (7) Câmpus da UFT, oferecendo apoio integral às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional. Todo trabalho realizado é direcionado ao enriquecimento da experiência acadêmica, em consonância com a missão da Universidade.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos audiovisuais e de plataformas digitais.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Administração Acadêmica

O Curso de Letras: Libras tem gestão colegiada formada por todos os professores que exercem a docência, pelo representante dos tradutores/intérpretes, pelo representante dos demais técnico-administrativos e pela representação estudantil. O coordenador do Curso, escolhido por meio de processo eletivo, ocupará o cargo em mandato de dois anos. Esta função deverá ser assumida por docente efetivo com dedicação exclusiva. A administração acadêmica, norteadas pelo Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007), baseia-se nos princípios democráticos, marco primordial da organização universitária, para dar consecução ao processo de gestão assim como cuidar do planejamento e eficiência das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.2 Coordenação Acadêmica

A coordenação acadêmica do curso respalda-se no Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, que estabelece:

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

I - representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II - presidir os trabalhos da Coordenação de Curso ;

III - propor ao Diretor do Câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Câmpus;

IV - responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V - expedir instruções referentes aos cursos;

VI - representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Destarte, consolidam-se os princípios de gestão democrática, com a valorização de todos

os envolvidos nas discussões e definição dos princípios, diretrizes e procedimentos que efetivam este Projeto Pedagógico de Curso.

A Coordenação do Curso de Letras: Libras é desempenhada por um professor do quadro efetivo de seu Colegiado, eleito através da consulta direta à comunidade acadêmica do Curso para mandato de dois anos em conformidade com o Estatuto da UFT.

O coordenador do curso exerce **funções políticas** – lidera, articula e dialoga com os membros docentes e discentes além de representar o Curso junto às mais diversas instâncias dentro da Universidade bem como aos órgãos competentes fora da instituição; **função de gestor** – supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos, aquisição de livros e materiais necessários ao desenvolvimento do curso; **funções acadêmicas** – execução do Projeto Pedagógico juntamente com os docentes e discentes, orientação e execução dos processos acadêmicos junto à secretaria, incentivando o engajamento dos professores e alunos em programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão; **funções institucionais** – análise das condições de oferta do curso, acompanhamento dos alunos egressos do curso, orientação quanto a participação no ENADE, na avaliação institucional, para reconhecimento do curso e renovação periódica desse reconhecimento.

4.3 Projeto Pedagógico do Curso

4.3.1 Justificativa

O Curso de Letras: Libras nasceu consoante os compromissos éticos e pedagógicos da Universidade Federal do Tocantins com a comunidade tocaninense e, em especial, com a inclusão da comunidade surda, cuja situação no Estado do Tocantins ainda está efetivamente à margem do processo educacional em nível superior.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Censo de 2010 contabiliza um grande quantitativo de pessoas com deficiência auditiva permanente no estado do Tocantins que corresponde a 211 indivíduos. De acordo com o censo, em relação às pessoas com deficiência auditiva, que apresentam grande dificuldade de audição, no Tocantins, constata-se que esse número aumenta significativamente, correspondendo a 1311 indivíduos. Em relação às pessoas que apresentam alguma dificuldade em audição, essa deficiência apresenta um aumento expressivo no Tocantins, correspondendo a 5992 indivíduos.

É imprescindível, pois, que a Universidade Federal do Tocantins cumpra seu papel social e possibilite acesso de surdos/deficientes auditivos (prioritariamente) e ouvintes ao ensino, pesquisa e extensão, ou seja, àqueles que desejam exercer a função de professores de Libras. Além disso, a UFT atende a legislação vigente.

O Brasil reconheceu a Libras enquanto língua nacional, através da lei 10436 de 24 de abril de 2002 que prevê a circulação desta língua, de forma sistemática, em diversos espaços, em especial nas instituições de ensino. O decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a referida lei, estabelece uma educação bilíngue para surdos, tendo a Libras como primeira língua e o português (na modalidade escrita) como segunda; inserção da disciplina de Libras em cursos de formação de professores e fonoaudiologia, de caráter obrigatório, e nos demais cursos de formação superior, de caráter optativo. Estabelece ainda formação superior para o professor de Libras, conforme descrito em seu art. 4º:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

O Decreto 5626/05, em seu artigo 14, menciona ainda que as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, para assegurar às pessoas surdas o acesso à comunicação, à informação e à educação, devem prover escolas com professor de Libras, intérpretes de Libras, ensino em Libras; verificação de conhecimento expressos em Libras, verificação de conhecimento considerando a relação específica dos surdos brasileiros com a língua portuguesa; apoiar o uso e difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, bem como outras ações. O Decreto garante inclusive o ensino de Libras como disciplina curricular, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (Art. 15, inciso II).

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II- áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Além do decreto 5626/05, o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/14), em sua estratégia 4.13, para atingir a meta 4, também demanda a presença de professores habilitados para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, prioritariamente surdos.

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, **professores de Libras, prioritariamente surdos**, e professores bilíngues. (lei 13.005/14. Meta 4. Estratégia 4.13) (Grifo nosso)

Da mesma forma, a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 6949/09) demanda que a educação de crianças surdas e surdocegas seja ministrado em línguas e nos modos de comunicação mais adequados para seu desenvolvimento acadêmico e social. Nesse sentido, prevê o emprego de professores, inclusive surdos, para o ensino da Língua Brasileira de Sinais.

Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas **línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados** ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para **empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais** e/ou braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. (Lei 6949 de 25 de agosto de 2009. Artigo 24
– Educação. Item 3 e 4)

Ressalta-se ainda o impacto do Curso no contexto da Amazônia Legal, que possibilita não só a produção de saberes a partir do patrimônio imaterial que é a Língua Brasileira de Sinais, mas forja a formação de professores e pesquisadores nesta área de conhecimento. No contexto do Estado do Tocantins, o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei Nº 2.977 de 08 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.411, prevê a oferta efetiva da disciplina de Libras no currículo das escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino, conforme estratégia 6.5 e 6.8 do PEE/TO.

Estratégia 6.5. Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, **a oferta, gradativa e efetiva, da disciplina LIBRAS, no currículo das escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino**, em todas as etapas e modalidades da educação básica, **assegurando 100% (cem por cento) do atendimento** até o final da vigência deste PEE/TO; (Lei nº 2.977/2015 - PEE/TO, Estratégia 6.5)

Estratégia 6.8. ampliar e garantir, equipes de profissionais da educação para atender a demanda dos(as) alunos(as) com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, nas escolas públicas do sistema estadual de ensino, garantindo professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio e professores(as) auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdocegos(as), **professores(as) de LIBRAS, prioritariamente surdos(as)**, professores(as) bilíngues e apoiar os Municípios e as escolas privadas a implantarem centros de atendimento educacional especializado, em regime de colaboração com a União e os Municípios e em parcerias com instituições públicas, privadas e conveniadas, quando solicitado; (Lei nº 2.977/2015 - PEE/TO, Estratégia 6.8)

Os Planos Municipais de Educação das cinco maiores cidades do Estado do Tocantins, a saber: Palmas-TO, Araguaína-TO (Lei Municipal Nº 2.957 de 24 de junho de 2015), Gurupi-TO (Lei Municipal Nº 2.223 de 26 de junho de 2015), Porto Nacional- TO (Lei Municipal Nº 2.248 de 24 de junho de 2015) e Paraíso do Tocantins-TO (Lei Municipal Nº 1.804 de 23 de junho de 2015), também preveem a implementação da disciplina de Libras nas respectivas redes municipais de ensino.

A formação de profissionais habilitados para o ensino da Libras se reveste de significativa relevância, posto que atende às demandas educacionais e sociais previstas na legislação nacional, estadual e municipal, no que se refere à implementação da disciplina de Libras nos sistemas de

ensino, de um ensino bilíngue para surdos e a inclusão de surdos em todos os níveis e modalidades de educação. Dessa forma, o Curso de Letras: Libras supre a necessidade premente de profissionais habilitados para o mercado de trabalho, que se destaca, sobretudo, enquanto ação afirmativa, na medida em que reconhece e trata a Libras como principal produção cultural da comunidade surda. Consoante esta perspectiva, a Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional, adota diretriz mais efetiva para as políticas linguísticas, educacionais, de acessibilidade e inclusivas, referendadas em documentos oficiais, quais sejam, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 06/07/2015); o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Nº 13.005 de 25/06/2014); o Programa Viver sem Limites (Decreto Nº 7.612 de 17/11/11), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), o Decreto Nº 5.626, de 22/12/2005; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394 de 20/12/1996); a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 6949/09) e o Plano Estadual de Educação (PEE) do Tocantins (Lei Nº 2.977 de 08/07/15).

As determinações da citada legislação geram a demanda de profissionais para o ensino da Libras nas redes públicas e privadas de educação. Outrossim, não se olvide o cumprimento da legislação no que se refere ao ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação básica, principalmente no Estado do Tocantins, cuja escassez de profissionais habilitados para esse fim é notório, como é a ausência de acessibilidade e tradução/interpretação. O estado de carência reveste de importância e justifica a existência de um curso que contemple não apenas a comunidade de surdos, mas, também, aqueles envolvidos com essa comunidade: familiares e profissionais das mais diversas áreas, além dos que se inserem parcialmente na mesma em decorrência de algum grau de deficiência auditiva. Neste sentido, o Curso de Letras: Libras condiz com o princípio de que educar é um processo contínuo e permanente cuja amplitude se realiza na experienciação e difusão de saberes e sabores matizados a partir da vivência daqueles que tomam parte nesse processo; e sua criação, além de descortinar novos horizontes profissionais para a comunidade de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, concorre para a inclusão efetiva, no processo educacional, daqueles que convivem com uma realidade silenciada e silenciosa, mas nem por isso menos expressiva.

4.3.2 Objetivos do

Curso Geral

Formar docentes para atuar no ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira e segunda língua nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Específicos

- Formar docentes capazes de desenvolver propostas metodológicas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, explorando as atuais tecnologias de comunicação;
- Formar docentes capazes de compreender e relacionar o processo de aquisição da linguagem com o ensino de primeira e segunda língua;
- Formar docentes capazes de analisar os aspectos linguísticos relacionados à Língua Brasileira de Sinais;
- Formar docentes capazes de produzir e divulgar conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura em Língua Brasileira de Sinais, promovendo a capacitação do futuro docente enquanto profissional competente, crítico e participativo;

- Habilitar o discente a elaborar programas de ensino e material didático em Língua Brasileira de Sinais utilizando os avanços científico-tecnológicos e educacionais;
- Formar profissionais capazes de lidar com as linguagens nos contextos, oral/ sinalizado e escrito, e com a interculturalidade, adequados à realidade de seus futuros alunos;
- Habilitar o discente a examinar o desenvolvimento histórico e cultural da comunidade surda brasileira e da educação de surdos no Brasil;
- Desenvolver uma postura ético-profissional coerente e crítica em relação aos conhecimentos da comunidade surda, sua cultura e expressão linguística;
- Oportunizar a reflexão sobre a prática do professor-pesquisador, como veículo de reformulações de concepções, mudanças das ações escolares e das práticas pedagógicas da sala de aula;
- Desenvolver a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras: Libras.
- Formar profissionais sensíveis à diversidade linguística brasileira, de forma a reconhecer e a valorizar as línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e suas manifestações, como patrimônio imaterial nacional, incluindo as diferentes línguas de sinais.

4.3.3 Perfil do Egresso

Atualmente as demandas da sociedade brasileira exigem do licenciado em Letras: Libras atuação profissional comprometida com a construção crítico-reflexiva da noção de cidadania que se desdobra no processo de inclusão social e nas relações interculturais com o outro. Diante disso, este Curso deve proporcionar a formação de profissionais éticos e cientes da sua responsabilidade social com visão abrangente da área dos Estudos Linguísticos e Literários da Libras, dos Estudos Surdos, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Destarte, cumpre ao graduando em Letras: Libras entender a complexidade da sociedade e que esta se manifesta através de diferentes formas e modos de linguagem correspondentes a diferentes interesses em constante tensão, em relação a qual o cidadão deverá se posicionar. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. Sendo assim o licenciado em Letras: Libras deverá apresentar:

- I postura ética e profissional;
- II competência linguística em Libras, referente aos processos de recepção: compreensão (corp)oral e leitura (em escrita de sinais); e de produção: (corp)oralidade e escrita (de sinais);
- III conhecimentos teórico e descritivo básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e sociolinguístico da Libras, compreendendo os fatos da língua em uso e conduzindo investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem da Libras;
- IV conhecimento e respeito às diferentes variedades linguísticas da Libras, às distintas manifestações literárias e culturais dos surdos;
- V domínio do uso da Libras enquanto objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, envolvendo-se socialmente e assumindo posturas que contribuam para o reconhecimento das singularidades do ser surdo;
- VI competência teórica e prática sobre os processos que envolvem o ensino aprendizagem de

Libras como primeira e segunda língua, de maneira crítica, reflexiva e criativa, frente às demandas do mundo do trabalho oriundas das dinâmicas sociais;

VII conhecimento a respeito das demandas políticas, sociais, culturais, educacionais e de acessibilidade da comunidade surda brasileira, considerando também o contexto da Amazônia Legal e do Estado do Tocantins.

O licenciado em Letras: Libras deverá ter uma base específica de conteúdos consolidados, alicerçada no ensino, pesquisa e extensão e atuar interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, evidenciando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro dos diversos saberes que compõem a formação universitária. O profissional deverá ser capaz de aprofundar-se na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas à comunidade surda e aos conhecimentos linguísticos e literários pertinentes ao ensino da Libras como primeira e segunda língua.

4.3.4 Competências, Atitudes e Habilidades

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo Curso de Letras: Libras estão ligadas à produção do conhecimento da Libras em seus aspectos ético- sociais, pragmáticos, estruturais, e pedagógicos, oportunizando ao formando atuar em resposta à heterogeneidade das demandas sociais. Sendo assim, o Curso de Letras: Libras contribui para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- a) domínio do uso da Libras enquanto primeira e/ou segunda língua nas modalidades sinalizada e escrita nos diferentes gêneros textuais;
- b) capacidade de análise, descrição e explicação da estrutura e funcionamento da Libras em seus aspectos fonológicos, morfosintáticos, semânticos, pragmáticos e sociolinguísticos, com base no domínio de diferentes noções do sistema e no reconhecimento das variedades linguísticas e dos diversos níveis e registros de linguagem;
- c) reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno ético, social, estético, educacional, psicológico, histórico, cultural, político e ideológico;
- d) identificação das diferentes variedades linguísticas da Libras e de reconhecimento das implicações sociais decorrentes das diferentes formas de registro e das demais variedades, em diferentes manifestações discursivas;
- e) reflexão e atuação do professor como mediador em contextos interculturais;
- f) domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- g) reflexão frente à atualização profissional, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho.

4.3.5 Campos de Atuação Profissional

A proposta pedagógica do Curso de Letras: Libras foi concebida como um sistema em que

se articularam dimensões de formação específica e de caráter global, visando à formação do professor que atuará como professor de Libras como primeira e segunda língua nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como em Cursos Profissionalizantes, de Educação de Jovens e Adultos e de Extensão; produtor de diferentes gêneros e registros linguísticos, fomentando dessa forma o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas.

4.3.6 Organização Curricular

A relação **teoria-prática** e o princípio da **ação-reflexão-ação** permeiam a concepção do Curso de Letras: Libras e guiam a formatação de seu currículo, que se articula levando em conta os aspectos metodológicos e epistemológicos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para a organização curricular do Curso de Letras: Libras são também considerados os aspectos de:

- a) **flexibilização e acessibilidade metodológica:** a estruturação da matriz curricular do Curso atende às especificidades da Libras, enquanto L2 para os ouvintes e L1 para os surdos. Na sala de aula, através da mediação linguística do profissional intérprete, possibilita-se adequação às necessidades e acessibilidade do aluno. Além da presença do intérprete, há uma prerrogativa quanto ao uso da Libras como língua de instrução, a contemplar a especificidade linguística dos alunos surdos e permitir que os alunos ouvintes adentrem ao universo da diferença surda. O Curso de Letras: Libras também conta com ação institucional do Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI), em que alunos bolsistas do curso, com a supervisão de um professor do colegiado, auxiliam os alunos na escrita e compreensão de textos em Língua Portuguesa (PADI/Português). Da mesma maneira, o PADI/Libras oferta cursos de Libras para que os discentes aprimorem seus conhecimentos linguístico-culturais, seja para ouvintes que possuem uma relação de segunda língua com a Libras, seja para surdos que, por diversos motivos, chegam ao curso com pouco contato com a Libras. Há a oferta de conteúdos referentes ao uso de tecnologias de registro e edição de vídeos para habilitar os discentes quanto ao registro, circulação e consumo de vídeos em Libras. Esses conteúdos são disponibilizados, principalmente, através das disciplinas de Libras (I a V), Libras acadêmica e da disciplina de Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC. Há também a possibilidade de o discente realizar o Trabalho de Conclusão de Curso em Português ou Libras. Ainda no que se refere à acessibilidade metodológica, há a possibilidade de registro das aulas em vídeo, para que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo em Libras. Além disso, a determinação de pré-requisitos se dá de maneira a evitar o engessamento de disciplinas ao máximo. Ainda em relação à flexibilidade curricular, ressalte-se que as atividades acadêmicas científico culturais e duas disciplinas optativas contribuem para a autonomia do aluno em sua formação.
- b) **interdisciplinaridade** – no Curso de Letras: Libras, a interdisciplinaridade se manifesta na prática de sala de aula através da aplicação de procedimentos metodológicos com ênfase em projetos temáticos centrados na interrelação entre ciência, tecnologia e sociedade, no enfrentamento de situações-problema pela perspectiva dialógica, em que se recorre a

comparações entre as diversas áreas do saber.

- c) **avaliação contínua** – no Curso de Letras: Libras, a avaliação desempenha plenamente seu sentido de verificação do processo de aprendizagem, ao propiciar ao aluno entendimento de seu "estado de conhecimento", permitindo-lhe repensar seu processo pessoal de aprendizagem e poder, assim como tomar decisões. Nesse sentido, então, a avaliação assume um caráter formativo. Essa avaliação permite ao aluno um retorno às ações que executou e seus resultados, passando a ter tanto para o aluno, como para o professor, função diagnóstica de análise da relação entre os objetivos e os resultados alcançados, tornando possível tomar as providências para ajuste entre os objetivos e as estratégias.
- d) **articulação entre os componentes curriculares** - a organização das disciplinas por períodos prevê uma progressão curricular teórico prática manifestada nas ementas. Dessa maneira, ao longo do Curso é possível perceber uma gradação de conhecimentos que envolvem: recepção e produção de textos em Libras, aspectos linguísticos e literários da Libras, leitura e escrita em Língua Portuguesa, reflexões e aplicações práticas que permeiam a formação docente, envolvendo aspectos éticos, sociais, críticos e criativos a partir das mais variadas demandas sociais, além de atividades que motivam e contribuem para a produção científica dos discentes.

4.3.7 Conteúdos Curriculares

O Curso de Letras: Libras, modalidade presencial, será efetivado mediante o cumprimento de carga horária total de 3.270h (três mil, duzentas e setenta horas), observada a seguinte distribuição:

- 1) 420h (quatrocentas e vinte horas) como conhecimentos gerais da área;
- 2) 1140h (mil cento e quarenta horas) como conhecimentos específicos e interdisciplinar da área;
- 3) 660h (seiscentas e sessenta horas) como conhecimentos de Dimensão pedagógica;
- 4) 420h (quatrocentas e vinte horas) de prática como componente curricular;
- 5) 420h (quatrocentas e vinte horas) de estágio supervisionado;
- 6) 210h (duzentas e dez horas) como atividades acadêmico-científico-culturais.

A estrutura curricular do Curso se organiza da seguinte maneira:

I. FORMAÇÃO GERAL (EIXO I): Neste eixo se articulam os conhecimentos fundamentais para os estudos linguísticos da Libras.

II. FORMAÇÃO ESPECÍFICA E INTERDISCIPLINAR (EIXO II): Conjunto de disciplinas que possibilitam a construção de conhecimento em relação à Libras e à literatura surda, referente aos processos de produção, compreensão, leitura e escrita, considerando a língua em uso, as diferentes formas de registro e o contexto sócio-cultural. Contribui também para o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes aos códigos, linguagens e outras manifestações.

O Eixo de *Formação Específica e Interdisciplinar* apresenta também o rol compositor das **disciplinas optativas** cujo **cumprimento mínimo de oito créditos** visa a integralização da formação acadêmica. A fim de se manter a atualidade dos conteúdos programáticos e, havendo necessidade de adequações, o Colegiado do Curso poderá incluir outras disciplinas optativas que contribuam para a excelência na formação acadêmica em Língua Brasileira de Sinais. Para o cumprimento da carga horária das disciplinas optativas, o discente poderá cursar disciplinas ofertadas em outros cursos.

III. DIMENSÃO PEDAGÓGICA (EIXO III) - Núcleo de disciplinas responsáveis pela construção do perfil para a docência bem como pelo desenvolvimento de competências e habilidades que garantam o desempenho profissional inerentes ao professor de Libras como primeira e segunda língua. A promoção de discussão de políticas, estratégias de planejamento do ensino e da avaliação, a organização dos sistemas de ensino e a preparação para inserção do acadêmico no contexto escolar consolidam este núcleo, preparando o futuro docente tanto para o desempenho de questões pedagógicas, como para as relações interpessoais.

Ainda no âmbito das disciplinas concernentes à formação pedagógica inclui-se a disciplina ***Diversidade cultural e educação*** (cf. Ementário) que cumpre a **Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004**, que trata da **Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena**; e a **Resolução do CNE/CP Nº 2 de julho 2015**, que preconiza o estudo sobre direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas como princípios de equidade; assim como **Lei nº 9.795/1999, art.11** e o **Decreto Lei nº 4.281 de 25/06/2002**, que se refere à abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental.

Para contemplar as questões relacionadas aos fundamentos da educação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, previstas na **Resolução do CNE/CP Nº 2 de julho 2015**, o presente Projeto Pedagógico de Curso oferta a disciplina intitulada ***Políticas Públicas e Educação*** (cf. Ementário), em caráter optativo.

Em cumprimento ao Decreto 5.626/2005, à Resolução CNE/CP nº 2/2015 e em consonância com orientações já deliberadas no Câmpus de Porto Nacional, a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras, obrigatória para os cursos de Licenciatura, será, no Câmpus de Porto Nacional, de responsabilidade do Curso de Letras: Libras (cf. Ementário).

As disciplinas que compõem o eixo de *Formação Docente*, totalizam uma carga horária que atende à Resolução Nº02/2015, artigo 13, parágrafo 5, que estabelece "o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total".

IV. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC): Concepção e Composição

Segundo a Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015, o Projeto Pedagógico deve garantir 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, que atavesse todo o Curso, visando a articulação entre a teoria e a prática desde o início do curso. Essa prática, segundo a resolução CNE/CP 1 de 2002, esclarece no Art. 13., §1º e §2º:

... terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa

perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

No Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras, a prática se insere no âmbito das mais diversas disciplinas, com carga horária e atividades explicitadas nas respectivas ementas e programas. A relação teoria e prática preconizada favorece tanto a aplicação e/ou transformação do componente teórico em prática pedagógica, quanto à construção do conhecimento alicerçada na reflexão sobre a realidade, transcendendo a sala de aula e permeando toda a formação do licenciado. Caracterizam-se como Práticas Curriculares Complementares, atividades tais como, a análise e discussão sobre material pedagógico, observação de práticas pedagógicas nas escolas, análises de propostas curriculares de ensino, depoimentos de alunos que já atuem como profissionais no âmbito da docência e da pesquisa, na escrita de ensaios dirigidos a professores da educação básica, produção de material didático, seminários, oficinas e palestras em escolas, preferencialmente, da rede pública. Observe-se que para a realização de seminários, oficinas e palestras, se definida como prática de componente curricular para o semestre letivo, a organização deverá ficar a cargo de um professor coordenador. Entende-se como organização, o planejamento de atividades tanto interna como externa, isto é, fazer contatos com instituições que desejem estabelecer parceria com o Curso de Letras: Libras e registrar todos os procedimentos antes, durante e depois dos trabalhos. O Professor coordenador articulará os componentes curriculares e suas respectivas Práticas de Componentes Curriculares com os demais docentes. A definição do professor coordenador se dará na semana de planejamento acadêmico, cuja atuação será semestral e poderá ser indicado pelo coordenador do curso ou pelo colegiado.

V. ESTÁGIO SUPERVISIONADO (cf. item 4.3.17)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e das resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002, considera-se que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática. Estes marcos regulatórios são o fio condutor deste projeto pedagógico ao qual se acrescenta a Resolução nº 03/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura, enquanto “um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional” e, de acordo com o artigo 4º, tem como objetivo, “oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário”. A parceria firmada entre a Universidade Federal do Tocantins e a Secretaria de Educação do Tocantins através das Diretorias Regionais de Gestão e Formação

garante aos acadêmicos a concretização das práticas de ensino e estágios supervisionados.

Diante da realidade da área educacional, de maneira geral, as escolas ainda estão em fase de implementação de políticas linguísticas que orientem a criação da disciplina de Libras. Dessa maneira, o Estágio Supervisionado no Curso de Letras: Libras é organizado da seguinte maneira:

a) Planejamento – o estagiário junto com o supervisor de estágio da unidade escolar definem o horário e turno de estágio, o período de duração, bem como as atividades investigativas e as regências a serem desenvolvidas durante sua permanência no ambiente escolar;

b) Observação das aulas – os estudantes realizam horas de observações de aulas de Libras ou de aulas de línguas que possuam na sala aluno(s) surdo(s), bem como dedicam-se ao estudo e elaboração de relatórios acerca dos documentos escolares e da prática de observação. Como horas de observação serão também contabilizadas aquelas destinadas à participação do aluno em atividades de planejamento, desenvolvimento, avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica e, ainda, em conselhos de classe/reuniões de professores etc.

c) Regência de Libras como primeira língua - os estudantes ministram aulas de Libras como primeira língua para alunos surdos em consonância com as realidades apresentadas pela direção/supervisão da escola: i) em parceria com o professor de Libras da escola; ii) em parceria com algum professor de outra disciplina (quando não houver a disciplina de Libras na escola); iii) durante o Atendimento Educacional Especializado - AEE; iv) em projetos de ensino que podem ser acordados com a coordenação pedagógica, como: palestras, oficinas e seminários a serem realizados na escola, abertos à comunidade ou não.

d) Regência de Libras como segunda língua - para a regência de Libras como segunda língua serão consideradas as aulas ministradas para ouvintes: i) em parceria com o professor de Libras da escola; ii) em parceria com algum professor de outra disciplina (quando não houver a disciplina de Libras na escola); iii) em momentos de reuniões/formações de professores, desde que acordados com a coordenação pedagógica; iv) em projetos de ensino que podem ser acordados com a coordenação pedagógica, como: palestras, oficinas e seminários a serem realizados na escola, abertos à comunidade ou não.

e) A organização documental do Estágio Supervisionado do Curso de Letras: Libras da UFT, sua institucionalização e parcerias com as secretarias municipais e estadual de educação são feitas via *Central de Estágio do Câmpus de Porto Nacional*, mediante Projeto de Estágio encaminhado previamente pelo professor responsável pela disciplina de Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura (I, II e III). O Projeto deve conter a apresentação do Curso, objetivos do Estágio, Metodologia, Plano de Ação, relação de alunos e escolas de realização do estágio. A *Central de Estágio do Câmpus de Porto Nacional* encaminha o Projeto de Estágio para as secretarias de educação e, em seguida, para as escolas pretendidas. Além do Projeto, são encaminhados documentos tais como: termo de compromisso e plano de trabalho individual dos alunos, disponibilizados pela Pró Reitoria de Graduação. Os documentos para registro das visitas às escolas e organização da regência das aulas são disponibilizados pelo professor da disciplina.

f) Os estudantes elaboram relatório final buscando dar significado e propondo discussões sobre sua atuação no ambiente escolar, demonstrando efetivamente a relação entre as competências

adquiridas na disciplina.

g) Durante a disciplina de Estágio Supervisionado, é previsto socialização e discussão das experiências vividas nas escolas através de palestras ou seminários, seja na Universidade, seja nas escolas, abertos à comunidade, buscando promover reflexões docentes comprometidas com um ensino de Libras cada vez mais ético e transformador.

h) Durante a disciplina de Estágio Supervisionado, há a relação entre teoria e prática, em consonância com as ementas, na elaboração e reflexão acerca de planos de aula e atividades, e na discussão acerca das mais diversas realidades escolares e de abordagens atuais de ensino e aprendizagem da Libras como L1 e L2.

Os momentos de estágio podem acontecer no turno do Curso, desde que não comprometam a carga horária de outras disciplinas, ou no contra turno, observando o Regimento de Estágio do Curso de Letras: Libras e a Nota Técnica de Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios da Pró Reitoria de Graduação da UFT. Há, sistematicamente, o acompanhamento do docente do Curso de Letras: Libras, responsável pela disciplina de Estágio, no campo da prática, ao longo do ano letivo.

VI. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS: Concepção e Composição (cf. Anexo 7.5)

As atividades complementares que compõem o currículo do Curso de Letras: Libras seguem as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Estas atividades têm caráter obrigatório e equivalem a 14 créditos. Abrangem atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico- cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, propiciadoras de vivências, experiências e saberes relacionados às áreas de estudo do curso. O cumprimento dos

referidos créditos deve ser comprovado mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Câmpus. O Regulamento das atividades acadêmico-científico- culturais do Curso de Letras: Libras está apresentado em anexo, no item 7.5.

As atividades semipresenciais, previstas no Art. 81 da Lei 9.394 de 1.996, podem ser contempladas em todas as disciplinas do Curso, desde que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004.

No Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras, a prática está inserida no âmbito das mais diversas disciplinas, explicitada nas respectivas ementas e programas das disciplinas, pois entende-se que a formação do futuro professor de libras perpassa por atividades teórico-práticas sobre o fazer docente, atividades pedagógicas, planejamento, avaliação, simulação, estudo de situações-problema, bem como em relação ao uso da língua brasileira de sinais em suas diferentes formas de manifestação. Transcendendo a sala de aula e permeando toda a formação do licenciado, a inter-relação entre teoria e prática preconizada permitirá tanto a aplicação e/ou transformação do componente teórico em prática pedagógica, como a construção do conhecimento alicerçada na reflexão sobre a realidade, principalmente a realidade educacional.

A relação entre teoria e prática perpassa as disciplinas, na reflexão quanto ao uso e aplicação de códigos, linguagens e suas tecnologias no ensino de Libras. De maneira mais evidente, a carga horária prática é explicitada nos componentes curriculares que possuem horas de PCC (Prática como Componente Curricular).

Entende-se, dessa maneira, que a relação teoria e prática perpassa as ementas das disciplinas e nos planos elaborados por cada docente, não havendo a necessidade, portanto, de explicitação, na grade curricular, de uma cisão entre carga horária teórica e prática. Salvo aquelas disciplinas que evidenciam as Práticas como Componente Curricular.

Assim contempladas todas as exigências legais, estrutura-se o Curso de Letras: Libras da seguinte forma:

EIXO I – FORMAÇÃO GERAL			
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL
Fundamentos da Tradução e Interpretação	60		60
Estudos Linguísticos e a Libras	60		60
Fonética e Fonologia da Libras	60		60
Morfossintaxe da Libras	60		60

Semântica e Pragmática da Libras	60		60
Sociolinguística da Libras	60		60
Aquisição de Línguas de Sinais	60		60
TOTAL DO EIXO			420

EIXO II – FORMAÇÃO ESPECÍFICA E INTERDISCIPLINAR			
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I	60		60
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II	60		60
Escrita Acadêmica	60		60
Língua Brasileira de Sinais I	120	60	180
Língua Brasileira de Sinais II	120	60	180
Língua Brasileira de Sinais III	120	60	180
Língua Brasileira de Sinais IV	60	30	90
Língua Brasileira de Sinais V	60	30	90
Libras acadêmica	60		60
Escrita de Sinais I	60	30	90
Escrita de Sinais II	60	30	90
Linguística Aplicada e Estudos Surdos	60		60
Literatura Surda I	60	30	90
Literatura Surda II	60	30	90
Disciplina optativa I	60		60
Disciplina optativa II	60		60
TOTAL DO EIXO (SEM PCC)	1140		
TOTAL DE PCC		360	
CARGA HORÁRIA TOTAL			1500

O referido eixo (EIXO II) possui 1140 horas, pois se subtrai das 1500 horas as 360 horas de PCC (Prática como Componente Curricular).

EIXO III – DIMENSÃO PEDAGÓGICA			
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL
Fundamentos da Educação de Surdos	60		60
Estudos Surdos	60		60
Didática da educação de surdos	60		60
Psicologia e Educação de Surdos	60		60
Ensino de Libras como L1	60	30	90
Ensino de Libras como L2	60	30	90
Diversidade cultural e educação	60		60
Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC	60		60
Metodologia da Pesquisa	60		60
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60		60
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	60		60
TOTAL DO EIXO (SEM PCC)	660		
TOTAL DE PCC		60	
CARGA HORÁRIA TOTAL			720

O referido eixo (EIXO III) possui 660 horas, pois se subtrai das 720 horas, às 60 horas de PCC (Prática como Componente Curricular). Conforme apresentado, a carga horária de Prática como Componente Curricular está disposto em disciplinas do Eixo II (Formação Específica e Interdisciplinar) e do Eixo III (Dimensão Pedagógica). A seguir, estão elencadas as disciplinas de Estágio supervisionado em Libras e respectiva literatura I, II e II que correspondem à carga horária destinada ao Estágio supervisionado no Curso de Letras-Libras.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO			
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I	120		120
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II	150		150

Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III	150		150
TOTAL DO EIXO			420

4.3.8 Distribuição da carga horária

Eixo I - Formação Geral		420h
Eixo II - Formação Específica e Interdisciplinar		1140h
Eixo III - Dimensão pedagógica		660h
Estágio Supervisionado		420h
Atividades Acadêmico-científico-culturais (ACCs)		210h
Prática como Componente Curricular - PCC		420h
TOTAL GERAL		3270h

Em conformidade com a resolução CNE/CP nº 02 de 01/07/2015, artigo 13, parágrafo 1, inciso 3, o PPC contém pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas a atividades formativas estruturadas pelos Núcleos definidos no inciso I (Núcleo de estudos de formação geral) e II (Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos), do artigo 12 da Resolução. Neste PPC o Núcleo I da referida Resolução corresponde aos Eixos I e III e, o Núcleo II corresponde ao Eixo II. Dessa forma, a carga horária reservada para o Núcleo I (1080 horas) e Núcleo II (1140 horas) corresponde a 2.220 horas.

A tabela a seguir apresenta essas informações, evidenciando os núcleos, os eixos a eles relacionados, as disciplinas de cada Eixo e a carga horária.

Núcleo I da resolução CNE/CP nº 02 de 01/07/2015	Eixo I: Fundamentos da Tradução e Interpretação; Estudos Linguísticos e a Libras; Fonética e Fonologia da Libras; Morfossintaxe da Libras; Semântica e Pragmática da Libras; Sociolinguística da Libras; Aquisição de Língua de sinais. Carga horária: 420
	Eixo III: Fundamentos da Educação de Surdos; Estudos Surdos; Didática da educação de surdos; Psicologia e Educação de Surdos; Ensino de Libras como L1; Ensino de Libras como L2; Diversidade cultural e educação; Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC; Metodologia da Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I; Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II Carga horária: 660
Núcleo II da resolução CNE/CP nº 02 de 01/07/2015	Eixo II: Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I; Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II; Escrita Acadêmica; Língua Brasileira de Sinais I; Língua Brasileira de Sinais II; Língua Brasileira de Sinais III; Língua Brasileira de Sinais IV; Língua Brasileira de Sinais V; Libras Acadêmica; Escrita de Sinais I; Escrita de Sinais II; Linguística Aplicada e Estudos Surdos; Literatura Surda I; Literatura Surda II, Disciplina Optativa I; Disciplina Optativa II. Carga horária: 1140
Total de carga horária dos Núcleos I e II: 2220 horas	
Núcleo III da resolução CNE/CP nº 02 de 01/07/2015	Atividades Acadêmico-científico-culturais (ACCs) Carga horária: 210

4.3.9 Matriz Curricular

Cores e legendas	
	Disciplinas do Eixo de Formação Geral (FG)
	Disciplinas do Eixo de Formação Específica e Interdisciplinar (FEI)
	Disciplinas do Eixo de Dimensão Pedagógica (DP)
	Disciplinas de Estágio Supervisionado (ES)

1º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais I	12	120	60	180	FEI	---
Fundamentos da Educação de Surdos	4	60		60	DP	---
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I	4	60		60	FEI	---
Fundamentos da Tradução e Interpretação	4	60		60	FG	---
Total do período	24	300	60	360		
Total acumulado	24	300	60	360		

2º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais II	12	120	60	180	FEI	Língua Brasileira de Sinais I
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II	4	60		60	FEI	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I
Escrita de Sinais I	6	60	30	90	FEI	---

Aquisição de Línguas de Sinais	4	60		60	FG	---
Total do período	26	300	90	390		
Total acumulado	50	600	150	750		

3º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais III	12	120	60	180	FEI	Língua Brasileira de Sinais II
Estudos Linguísticos e a Libras	4	60		60	FG	---
Didática da educação de surdos	4	60		60	DP	---
Escrita de Sinais II	6	60	30	90	FEI	Escrita de Sinais I
Total do período	26	300	90	390		
Total acumulado	76	900	240	1140		

4º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais IV	6	60	30	90	FEI	Língua Brasileira de Sinais III
Fonética e Fonologia da Libras	4	60		60	FG	---
Escrita Acadêmica	4	60		60	FEI	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II
Psicologia e Educação de Surdos	4	60		60	DP	---
Ensino de Libras como L1	6	60	30	90	DP	---
Total do período	24	300	60	360		
Total acumulado	100	1200	300	1500		

5º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais V	6	60	30	90	FEI	Língua Brasileira de Sinais IV
Morfossintaxe da Libras	4	60		60	FG	---
Estudos Surdos	4	60		60	DP	---
Ensino de Libras como L2	6	60	30	90	DP	---
Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC	4	60		60	DP	---
Total do período	24	300	60	360		
Total acumulado	124	1500	360	1860		

6º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Semântica e Pragmática da Libras	4	60		60	FG	---
Linguística Aplicada e Estudos Surdos	4	60		60	FEI	---
Literatura Surda I	6	60	30	90	FEI	---
Metodologia da Pesquisa	4	60		60	DP	---
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I	8	120		120	ES	Didática da educação de surdos
Total do período	26	360	30	390		
Total acumulado	150	1860	390	2250		

7º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Sociolinguística da Libras	4	60		60	FG	---
Literatura Surda II	6	60	30	90	FEI	Literatura Surda I
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II	10	150		150	ES	Ensino de Libras como L1
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	4	60		60	DP	---
Optativa I	4	60		60	FEI	---
Total do período	28	390	30	420		
Total acumulado	178	2250	420	2670		

8º PERÍODO						
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Diversidade cultural e educação	4	60		60	DP	---
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III	10	150		150	ES	Ensino de Libras como L2
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	4	60		60	DP	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I
Optativa II	4	60		60	FEI	---
Libras acadêmica	4	60		60	FEI	Língua Brasileira de Sinais V
Total do período	26	390		390		
Total acumulado	204	2640	420	3060		

Disciplinas OPTATIVAS	CR.	CH TEÓRICA	CH PCC	CH Total	EIXO	Pré-requisitos
Oficina de Literatura	4	60		60	FEI	Literatura Surda I
Tópicos Especiais em Libras	4	60		60	FEI	

Materiais Didáticos em Escrita de Sinais	4	60		60	FEI	Escrita de Sinais II
Escrita das Línguas de Sinais - ELiS	4	60		60	FEI	
Sinais Internacionais	4	60		60	FEI	
Alfabetização e Letramento de surdos em Língua Portuguesa	4	60		60	FEI	
Políticas Públicas e Educação	4	60		60	FEI	
Introdução aos Estudos Literários	4	60		60	FEI	
Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos Surdos	3	45		45	FEI	
Língua Brasileira de Sinais - Libras	4	60		60	FEI	

4.3.10 Migração para a nova estrutura

Os discentes dos períodos iniciais que migrarem para a nova estrutura curricular não serão prejudicados com a adesão à nova proposta, pois a coordenação do curso organizará a oferta das disciplinas de maneira que não haja prejuízo à formação do aluno. As novas turmas, que iniciarão após as modificações deste PPC, já se enquadrarão, desde o primeiro semestre, neste novo currículo.

De acordo com o artigo 5º da Nota Técnica da Prograd, de junho de 2016,

não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente.

Parágrafo único: Serão analisadas as situações de migração, pela coordenação do curso, dos alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso e que estejam matriculadas em componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente.

4.3.11 Tabela de equivalência

A equivalência entre a estrutura antiga e a nova estrutura curricular do curso será conforme a planilha abaixo, que especifica cada disciplina do novo currículo com a respectiva carga horária e a sua equivalente na estrutura nova, a fim de se fazer a equivalência no sistema SIE e a migração curricular dos alunos para a nova estrutura.

PPC Versão 2018			PPC Versão 2014			
Período	Disciplinas	Carga Horária	Período	Disciplinas	Carga Horária	Situação
1º	Língua Brasileira de Sinais I	180 (120 + 60 PCC)	1º	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (6LIB001)	60	Aproveitamento em caso que o acadêmico

			2º	Língua Brasileira de Sinais I (6LIB009)	90 (60 + 30 PCC)	tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
1º	Fundamentos da Educação de Surdos	60	2º	Fundamentos filosóficos e sócio históricos da Educação de Surdos (6LIB006)	60	Equivalentes
1º	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I	60	2º	Leitura e Escrita em português como 2ª Língua I (6LIB010)	60	Equivalentes
1º	Fundamentos da Tradução e Interpretação	60	---	Disciplina Optativa	60	Equivalentes
2º	Língua Brasileira de Sinais II	180 (120 + 60 PCC)	3º	Língua Brasileira de Sinais II (6LIB013)	90 (60 + 30 PCC)	Aproveitamento em caso que o acadêmico tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
			4º	Língua Brasileira de Sinais III (6LIB019)	90 (60 + 30 PCC)	
2º	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II	60	3º	Leitura e Escrita em português como 2ª Língua II (6LIB014)	60	Equivalentes
2º	Escrita de Sinais I	90 (60 + 30 PCC)	3º	Escrita de Sinais I (6LIB012)	75 (60 + 15 pcc)	Equivalentes
2º	Aquisição de Línguas de Sinais	60	---	---	---	Não possui equivalência
3º	Língua Brasileira de Sinais III	180 (120 + 60 pcc)	5º	Língua Brasileira de Sinais IV (6LIB022)	90 (60 + 30 pcc)	Aproveitamento em caso que o acadêmico tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
			6º	Língua Brasileira de Sinais V (6LIB029)	90 (60 + 30 pcc)	
3º	Estudos Linguísticos e a Libras	60	1º	Estudos Linguísticos e a Língua Brasileira de Sinais (6LIB003)	60	Equivalentes
3º	Escrita de Sinais II	90 (60 + 30 pcc)	4º	Escrita de Sinais II (6LIB018)	75 (60 + 15 pcc)	Equivalentes
3º	Didática da educação de surdos	60	4º	Didática e Educação de Surdos (6LIB016)	60	Equivalentes
4º	Língua Brasileira de Sinais IV	90 (60 + 30 pcc)	7º	Língua Brasileira de Sinais VI (6LIB030)	90 (60 + 30 pcc)	Equivalentes
4º	Fonética e Fonologia da Libras	60	1º	Fonética e Fonologia da Libras (6LIB002)	60	Equivalentes
4º	Escrita Acadêmica	60	---	---	---	Não possui equivalência
4º	Psicologia e Educação de Surdos	60	4º	Processos Psicológicos da Educação de Surdos (6LIB020)	75	Equivalentes
4º	Ensino de Libras como L1	90 (60 + 30 pcc)	5º	Metodologia de Ensino da Libras e respectiva literatura como L1 (6LIB023)	105 (45 + 60 pcc)	Equivalentes
5º	Morfossintaxe da Libras	60	2º	Morfossintaxe da Língua Brasileira de Sinais (6LIB007)	60	Equivalentes
5º	Língua Brasileira de Sinais V	90 (60	---	---	---	Não possui

		+ 30 pcc)				equivalência
5º	Estudos Surdos	60	---	---	---	Não possui equivalência
5º	Ensino de Libras como L2	90 (60 + 30 pcc)	5º	Metodologia de Ensino da Libras e respectiva literatura como L2 (6LIB024)	90 (60 + 30 pcc)	Equivalentes
5º	Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC	60	6º	Ensino e Aprendizagem de Libras por meio de Novas Tecnologias (6LIB028)	60 (30 + 30 pcc)	Equivalentes
6º	Semântica e Pragmática da Libras	60	3º	Semântica e Pragmática da Língua Brasileira de Sinais (6LIB011)	60	Equivalentes
6º	Linguística Aplicada e Estudos Surdos	60	5º	Linguística Aplicada ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (6LIB021)	60	Equivalentes
6º	Metodologia da Pesquisa	60	1º	Metodologia da pesquisa (6LIB005)	60	Equivalentes
6º	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I	120	6º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L1 – I (6LIB026)	90	Aproveitamento em caso que o acadêmico tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
			6º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L2 – I (6LIB027)	90	
6º	Literatura Surda I	90 (60 + 30 pcc)	---	---	----	Não possui equivalência
7º	Sociolinguística da Libras	60	---	---	---	Não possui equivalência
7º	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II	150	7º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L1 – II (6LIB032)	60	Aproveitamento em caso que o acadêmico tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
			7º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L2 – II (6LIB033)	60	
7º	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	60	7º	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I (6LIB034)	60	Equivalentes
7º	Optativa I	60	---	---	---	---
7º	Literatura Surda II	90 (60 + 30 pcc)	---	---	---	Não possui equivalência
8º	Diversidade cultural e educação	60	1º	Educação ambiental e Inclusão social (6LIB004)	45	Aproveitamento mediante complementação de carga horária/conteúdo
8º	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III	150	8º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L1 – III (6LIB036)	60	Aproveitamento em caso que o acadêmico tenha cursado as disciplinas da matriz de 2014
			8º	Estágio supervisionado em libras e respectiva literatura como L2 – III (6LIB037)	60	
8º	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	60	8º	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II (6LIB039)	60 (30 + 30 pcc)	Equivalentes

8º	Optativa II	---	---	---	---	---
8º	Libras Acadêmica	60	---	---	---	---

O aproveitamento de disciplinas será conforme o Regimento da UFT que orienta que:

Art. 94 - O acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária. Art. 95 - Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I - complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II - complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades: a) participação em aulas específicas do componente curricular; b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III - trabalho de pesquisa devidamente registrado.

Parágrafo único - As instruções acerca da complementação de estudos deverão ser registradas na Ata de Aproveitamento e fornecidas ao acadêmico por escrito, estabelecendo-se datas de participação nas aulas ou datas de provas, ou prazos para entrega de trabalhos e o respectivo professor responsável. Somente após a realização da complementação, devidamente documentada, será registrada a nota no histórico escolar.

Art. 96 - Cumprida pelo acadêmico a complementação exigida, o respectivo resultado será encaminhado à Coordenação de Curso, que procederá na forma do artigo 91.

A migração para a nova matriz curricular acontecerá somente para os alunos que assim desejarem mediante assinatura de termo de concordância.

Nos casos em que houver discrepância na carga horária entre componentes equivalentes, se tiver sido cursado o mínimo de 70% da carga horária do componente para o qual pleiteia-se aproveitamento, este poderá ser realizado sem necessidade de complementação de carga horária, de acordo com o Regimento Acadêmico da UFT. Caso os alunos tenham cursado componentes com carga horária excedente ao PPC 2018, poderão aproveitá-las como atividades complementares.

Componentes curriculares obrigatórios do PPC 2014 que não constam mais no PPC 2018 podem ser aproveitados como componentes curriculares optativos ou horas de atividades complementares. Alunos que estejam matriculados no PPC 2014 e que venham a cursar disciplinas que não possuem equivalência no PPC 2018, essas podem ser cursadas como optativas.

4.3.12 Ementário

EIXO I – FORMAÇÃO GERAL

DISCIPLINA	Fundamentos da Tradução e Interpretação			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução aos conceitos de tradução e interpretação: histórico, mapeamento, tipologia e campos de atuação. Desafios teóricos e práticos da tradução e interpretação. Tradução e interpretação intermodal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.
RÔNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
MAGALHÃES Jr., Ewandro. *Sua majestade, o intérprete – o fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, Aquino, Neiva; RUSSO, Angela; SILVA, Almeida, Anderson. *Diálogos em estudos da tradução de língua de sinais*. São Paulo: Prisma. 2016.

ALBRES, N. A. *Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. São Paulo: Harmonia. 2015.

OUSTINOFF, Michael. *Tradução: História, teorias e métodos*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011

QUADROS, Ronice Muller; WEININGER, Markus J. *Estudos da Língua Brasileira de Sinais – Vol. 3*. São Paulo: Insular. 2014.

QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC, SEESP, 2004.^[1]_{SEP}

DISCIPLINA	Estudos Linguísticos e a Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução às ciências e à filosofia da linguagem. Definição do campo, do objeto, dos objetivos e dos métodos da Linguística. Os conceitos de linguagem, língua e fala. As funções da linguagem. O signo linguístico. Os níveis de descrição linguística. Noções elementares de história da Linguística e as abordagens científicas. Introdução aos estudos linguísticos de línguas sinalizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORIN, José Luiz. *Linguística? Que é isso?*. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 2013. LYONS, J. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. São Paulo: LTC, 1989. SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA NEVES, M. H. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Volume 1. São Paulo: Cortez. 9ª edição. 2012.

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Volume 2. São Paulo: Cortez. 9ª edição. 2012.

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Volume 3. São Paulo: Cortez. 9ª edição. 2012.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

DISCIPLINA	Fonética e Fonologia da Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	CH PCC			CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução aos princípios gerais da fonética e da fonologia. As noções de som, fone e fonema. Relação entre fonética e fonologia. Alofonia. Prosódia e línguas de sinais. Descrição dos parâmetros formacionais em línguas de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. Princípios de análise. Volume II. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística*: domínios e fronteiras. Volume 1. São Paulo: Cortez. 9ª edição. 2012.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira*: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica*. Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo, Contexto, 1999.

DISCIPLINA	Morfossintaxe da Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Conceito de morfologia e seu campo de análise. Processos de formação de palavra nas línguas. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Conceito de sintaxe e seu campo de análise. O sintagma e seus constituintes. A relação entre núcleo, argumentos e adjuntos. Análise morfológica e sintática em línguas de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELSON, V. & PICKETT, V. *Introdução à morfologia e à sintaxe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. Princípios de análise. Volume II. São Paulo: Contexto, 2003.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASÍLIO, Margarida. *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura Morfossintática do Português*. São Paulo: Thomson Pioneira. 1999.

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Volume 1. São Paulo: Cortez. 9ª edição. 2012.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000. SANDMANN, A. J. *Morfologia Geral*. São Paulo, Contexto, 1991.

DISCIPLINA	Semântica e Pragmática da Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Definição do campo de análise da semântica e da pragmática. Definição de significado linguístico, sentido e referência. Semântica lexical: categorização, sinonímia, antonímia e polissemia. Princípios da organização de dicionários. Semântica cognitiva: metáfora e expressões idiomáticas. Pragmática: Dêixis e anáfora. Performatividade, atos de fala e máximas conversacionais. Análise semântica e pragmática em línguas de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. Princípios de análise. Volume II. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Mariângela Estelita. *Elis: Sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais*. Porto Alegre: Penso, 2015.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

LYONS, J. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. São Paulo: LTC, 1989

OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998. QUADROS, Ronice Muller. *Estudos surdos IV*. Petrópolis: Editora arara azul, 2009.

DISCIPLINA	Sociolinguística da Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

As relações entre língua e sociedade. Comunidades de fala: idioleto, dialeto e língua. Monolinguismo, bilinguismo e multilinguismo. Grupos minoritários e políticas linguísticas. Línguas em contato e empréstimo linguístico. Variação linguística: fatores da diversidade. Mudança linguística: modelos teóricos e os processos de mudança. Descrição sociolinguística de línguas de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014

FIORIN, José Luiz. (org). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

STUMPF, Marianne; QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes. *Estudos da Língua Brasileira de Sinais II*. Florianópolis: Insular, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56ª. ed. revista e amp. São Paulo: Parábola, 2015.

BASSO, R.; ILARI, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LABOV, Willian. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MUSSALIM, Demerval e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Volume 1. São Paulo: Cortez. 9ª ed., 2012.

NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

DISCIPLINA	Aquisição de Línguas de Sinais			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

A função da linguagem no desenvolvimento cognitivo. Estudos das concepções de aquisição da linguagem: behaviorismo, inatismo, epistemologia genética e sócio- interacionismo. Aquisição de linguagem em línguas de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FINGER, I.; QUADROS, R. M. de. Teorias de Aquisição da Linguagem. Florianópolis: Editora UFSC. 2008.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

QUADROS, R. M. de. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORATO, E. M. Linguagem e cognição: as reflexões da L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem. São Paulo: Plexus, 2002.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTANA, A.P. Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, R.I. A aquisição da linguagem. FIORIN, José Luiz (org.) Introdução à linguística: I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

EIXO II – FORMAÇÃO ESPECÍFICA E INTERDISCIPLINAR

DISCIPLINA	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução aos sistemas de escrita de línguas orais e línguas de sinais. Desafios da alfabetização e do letramento. Elementos de textualidade: coesão e coerência na Língua Portuguesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura. Gêneros Textuais. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível básico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.), Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. / 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, vol. 1, 2004..

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, vol. 2, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lingley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 4º Edição, 2007.

CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Orgs) Letramento, Bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2012.

DISCIPLINA	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II			PRÉ-REQUISITO	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas. Procedimentos de reescrita/reestruturação. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível intermediário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.), Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. / 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Orgs) Letramento, Bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, 1ª edição. 2012.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004. vol. 1.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004. vol. 2.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lingley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 4ª Edição, 2007.

CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

DISCIPLINA	Escrita Acadêmica			PRÉ-REQUISITO	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Práticas de leitura e escrita com foco no desenvolvimento da capacidade crítica. Gêneros da esfera acadêmica. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível avançado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. / 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Orgs) Letramento, Bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, 1ª edição. 2012.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004. vol. 1.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004. vol. 2.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lingley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 4ª Edição, 2007.

CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais I			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	180	CH TEÓRICA	120	CH PCC	60	CRÉDITOS	12

EMENTA

Produção e compreensão de textos em Libras. Modalidade das línguas de sinais e das línguas orais: especificidades de produção e percepção. Mitos em relação às línguas de sinais, ao surdo e à surdez. Descrição de pessoas e ambientes em nível inicial. Tipos de expressões faciais. Prática de conversação em Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível inicial. Introdução aos classificadores na Libras. Tecnologias de registro e edição de vídeos em Libras. Atividades de Prática como Componente Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDINO, E. F. *Absurdo ou lógica?* A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. *Língua de sinais: instrumentos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais II			PRÉ-REQUISITO	Língua Brasileira de Sinais I		
CH TOTAL	180	CH TEÓRICA	120	CH PCC	60	CRÉDITOS	12

EMENTA

Produção e compreensão de textos em Libras. Processos fonéticos, fonológicos e morfológicos da libras. Intensidade, negação, marcação de masculino e feminino, pluralidade e posse em libras. Sintaxe da Libras: tipos de frases, ordem dos constituintes e articulação de orações. Marcação de tempo em Libras. Estruturas comparativas em Libras. Prática de conversação em Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico - gramaticais de nível intermediário. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

SKLIAR, C. (Org.). *Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

SCHUBERT, S. E. M. de. **Entre a Surdez e a Língua: Outros sujeitos... Novas relações: intérpretes e surdos desvelando sentidos e significados**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

PEREIRA, M. C. da CUNHA; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais III			PRÉ-REQUISITO	Língua Brasileira de Sinais II		
CH TOTAL	180	CH TEÓRICA	120	CH PCC	60	CRÉDITOS	12

EMENTA

Produção e compreensão de textos em Libras (vídeo e escrita de sinais). Teorias sobre Classificadores na Libras. Gesto e línguas sinalizadas. Uso do espaço: espaço real, espaço token e espaço sub-rogado. Semântica da Libras: metáforas, iconicidade e o espaço de sinalização. Pragmática da Libras: o fenômeno de referenciação, ambiguidade e estratégias de polidez. Prática de conversação em Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível avançado. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDINO, E. F. *Absurdo ou lógica?* A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. *Língua de sinais: instrumentos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

PEREIRA, M. C. da CUNHA; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais IV			PRÉ-REQUISITO	Língua Brasileira de Sinais III		
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Produção e compreensão de textos em Libras (vídeo e escrita de sinais). Línguas de sinais minoritárias. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais. O discurso envolvendo a Libras e a comunidade surda brasileira. Relação de saber e poder entre surdos e ouvintes. Prática de conversação em Libras. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZAMBRANO, Romana Castro; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Comunidades surdas na América Latina. Língua, cultura, educação, identidade. Florianópolis: Editora Bookess, 2017.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Implante coclear: normalização e Resistência surda. Curitiba: Editora CRV, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis (Orgs.). *Estudos surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDINO, E. F. *Absurdo ou lógica?* A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

PEREIRA, M. C. da CUNHA; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais V			PRÉ-REQUISITO	Língua Brasileira de Sinais IV		
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Produção e compreensão de textos em Libras (vídeo e escrita de sinais). Níveis de organização textual, coesão e coerência em línguas de sinais. Noção de formalidade em produção de vídeos em Libras. Uso da Libras em nível acadêmico. Prática de conversação em Libras. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes; STUMPF, Marianne. Estudos da Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis: Insular, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. / 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

STUMPF, Marianne; QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes. Estudos da Língua Brasileira de Sinais II. Florianópolis: Insular, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

FIORIN, José Luiz. Novos caminhos da linguística. São Paulo: editora contexto, 2017.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

PEREIRA, M. C. da CUNHA; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. Libras: conhecimento além dos sinais. 1. ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA	Libras acadêmica			PRÉ-REQUISITO	Língua Brasileira de Sinais V		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Produções acadêmicas em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FEITOSA, V. C. Redação de textos científicos. Campinas: Papirus, 1991.

FORTKAMP, M.; TOMITCH, L. (Org.). Aspectos da linguística aplicada: Estudos em homenagem ao Prof. Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000.

STUMPF, Marianne; QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes (Orgs.). Estudos da Língua Brasileira de Sinais II. Florianópolis: Insular, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1991.

BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1991.

MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Escrita de Sinais I			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Aspectos históricos de sistemas de escrita de línguas de sinais. Introdução ao Sistema de Escrita SignWriting. Prática de leitura e escrita em escrita de sinais. Reflexões sobre escrita de sinais e educação de surdos. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. *Escrita de Sinais sem mistério*. Belo Horizonte: Editora do autor, 2012

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1 e 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. *Língua de sinais: instrumentos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne. *Estudos Surdos IV*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Escrita de Sinais II			PRÉ-REQUISITO	Escrita de Sinais I		
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Estudo avançado do Sistema de Escrita SignWriting. Aprofundamento das práticas de leitura e escrita em escrita de sinais. Produção de texto e legendagem em escrita de sinais. Reflexões sobre gramática da Libras em escrita de sinais. Atividades de prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistério. Belo Horizonte: Editora do autor, 2012

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1 e 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

HIGOUNET, Charles. História concisa da escrita. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

SACKS, Oliver. *Vendo vozes*: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Linguística Aplicada e Estudos Surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Princípios da Linguística Aplicada e sua relação com o ensino e aprendizagem de línguas. A pesquisa em Linguística Aplicada em diferentes contextos. Linguística Aplicada, ensino de Libras e Estudos Surdos. Formação do professor de Libras. Multiletramentos e ensino de línguas para surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LODI, Ana Cláudia Balieiro et al (orgs.). *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma Linguística Aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

SIGNORINI, I., & CAVALCANTI, M. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado da Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

QUADROS, R. M. *Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais*. Porto Alegre: Penso, 2017.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne. *Estudos Surdos IV*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Literatura Surda I			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Introdução à Literatura Surda. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. O gênero narrativo: estrutura e funções. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da criação literária surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Estudos Culturais em Educação*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 12ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014. ISBN 9788583160076

KARNOPP, Lodenir (org). *Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas: Editora da ULBRA ISBN 8575284215

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AS AVENTURAS de Pinóquio em LSB. Inspirado na obra de Carlo Lorenzini. Pesquisa e texto original Clélia Ramos. Adaptação e Roteiro Luiz Carlos Freitas & Nelson Pimenta. Rio de Janeiro: Paulinas & LSB Vídeo, 2006. DVD

LITERATURA em LSB. Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min).

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. *Literatura Surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação. Porto Alegre, 2011.

ROSA, F.; KARNOPP, L. *Adão e Eva*. Ilust. Maristela Alano. Canoas, RS: ULBRA, 2005

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

DISCIPLINA	Literatura Surda II			PRÉ-REQUISITO	Literatura Surda I		
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Expressividade estética e literária nas línguas de sinais: produção poética surda. Estrutura da lírica surda. Poesia e educação de surdos. Teatro e literatura surda. Exploração visual e espacial na criação poética e teatral surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KARNOPP, Lodenir(org). *Cultura Surda na Contemporaneidade*: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: EdULBRA. ISBN 8575284215

QUADROS, Ronice Müller (org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ÁRVORE de Natal em LSB. Poema de Fernanda Machado. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2005. 1 DVD (20 min).

BECKER, Lidia. Surdez e Teatro: A encenação está em jogo. Rio de Janeiro, HUCITEC, 2015.

FREITAS, Cilene Rodrigues Carneiro. Processo de Compreensão e Reflexão sobre a Iniciação Teatral de Surdos. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Instituto de Arte, Programa de Pós-Graduação em Arte, 2014.

LABORIT, E. O vôo da gaivota. São Paulo: Best Seller, 1994

LITERATURA em LSB. Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min)

EIXO III – DIMENSÃO PEDAGÓGICA

DISCIPLINA	Fundamentos da Educação de Surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Panorama histórico das concepções de Surdez e suas implicações nos modelos educacionais. Filosofias da educação de Surdos. Disposições legais atuais, que abarcam questões do surdo: políticas educacionais, linguísticas, de acessibilidade e movimentos sociais surdos. Diretrizes e paradigmas dos processos políticos-pedagógicos da educação de surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, J. P. B. A educação de Surdos ontem e hoje: posição, sujeito e identidade. Mercado de Letras, 2010.

QUADROS, R. (Org). Estudos Surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016. ISBN 8587063170

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DORZIAT, A. (Org.). Estudos Surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Editora Mediação, 2017. ISBN 9788577060603

MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L. Educação para surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos Editora, 2008.

SOARES, M. A. L. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

DISCIPLINA	Estudos Surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Epistemologias do sul e a desestabilização de modelos herdados. Epistemologias surdas: saberes surdos e a construção de conhecimento. Cultura e identidades surdas. Diferentes saberes entre os surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.

PERLIN, G.; STUMPF, M. (Orgs). **Um olhar sobre nós surdos**. Leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 2012.

LANE, H. **A máscara da benevolência**. A comunidade surda amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget divisão editorial, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SKLIAR, C. (Org). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: Introdução à libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 37-62. QUADROS, R. M. **Estudos Surdos I**. Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006.

QUADROS, R. M; PERLIN, G. **Estudos Surdos II**. Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

QUADROS, R. M. **Estudos Surdos III**. Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

DISCIPLINA	Didática da educação de surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Teorias da aprendizagem e educação de surdos. Tipos de planejamentos no contexto educacional. Tipos de avaliação. Currículo e educação de surdos no contexto bilíngue e inclusivo. Currículo e ensino de Libras. A experiência visual dos surdos e implicações didáticas. Relações educacionais, profissionais e éticas: professor-aluno, teoria-prática, escola-sociedade, conteúdo-método.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.) A Invenção da Surdez II: Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: editora mediação, 2009.

LODI, Ana Cláudia Balieiro et al (orgs.). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: o ensino e suas relações. São Paulo: Papirus, 2003.

DISCIPLINA	Psicologia e Educação de Surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Abordagens teóricas sobre a psicologia do desenvolvimento, da aprendizagem e suas implicações na educação de surdos. O surdo no contexto familiar. O papel da linguagem na constituição do sujeito surdo. A relação entre educação, relações interpessoais, subjetividade e práticas escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRARA, K. Introdução à Psicologia da Educação. São Paulo: Avercamp, 2004. SOLE, M. C. P. O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Trabalho original publicado em 1934.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus editora, 2002.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

VYGOTSKY, L. S.. Fundamentos da Defectologia. Obras Completas. Tomo cinco. Cuba: Pueblo y Educación, 1999.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
Textos originais de diferentes datas.

QUADROS, Ronice Muller. Estudos Surdos I. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006.

DISCIPLINA	Ensino de Libras como L1			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Conceitos de primeira língua (L1), segunda língua (L2), Língua materna e língua estrangeira. Concepções de ensino de primeira língua. Aspectos metodológicos de ensino de primeira língua. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos no ensino de Libras como L1. Produção e análise de materiais didático- pedagógicos de Libras e Literatura Surda (vídeo e escrita de sinais) para surdos. Prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTELHO, P. D. Linguagem e letramento na educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. ISBN 8575260014

BRAGGIO, S. L. B. Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SKILIAR, C. Atualidade da educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 2015. ISBN 9788587063274

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LODI, A.C.B. e LACERDA, C.B.F. de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

RICARDO, S.M.B. Educação em língua materna: A sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SÁ, N. R. L. de. Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.

QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis. Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul. 2007.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul. 2009.

DISCIPLINA	Ensino de Libras como L2			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	90	CH TEÓRICA	60	CH PCC	30	CRÉDITOS	06

EMENTA

Concepções de ensino de segunda língua. Habilidades linguísticas e aspectos metodológicos do ensino de segunda língua. Uso da L1 no ensino da L2. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos no ensino de Libras como L2. Produção e análise de materiais didático-pedagógicos de Libras e Literatura Surda (vídeo e escrita de sinais) para ouvintes. Prática como componente curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas: Pontes Editores, 2007.
 PAIVA, V. L. M. O. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola Editora, 2014. GESSER, A. O ouvinte e a Surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, N. A. Ensino de Libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.
 FIGUEIREDO, F. J. Q. de. *Aprendendo com os erros*: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas. 3. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2015.
 PAIVA, V. L. M. O. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola Editora, 2014.
 SILVA, M. P. M. Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes. São Paulo: Plexus, 2009.
 QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Diversidade cultural e educação			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Diversidade étnico-racial, linguísticas, sexual, de gênero, religiosa e geracional. Aspectos sócio-econômicos e culturais das comunidades indígenas brasileiras. Cultura afro-brasileira e africana. Educação em direitos humanos. Educação especial e inclusiva. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha. Educação, direitos humanos e exclusão social. Marília: Editora Afiliada, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4ª Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

VEIGA, Juracilda; Salanova, Andrés (Orgs.) Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, José Maria Leite. Educação Ambiental e Formação de Professores. Ji-Paraná-RO: Gráfica Líder, 2000.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha. Educação, direitos humanos e exclusão social. Marília: Editora Afiliada, 2012.

GOÉS, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2 ed., Campinas: Autores Associados, 2007.

HALL, Stuart. *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005

DISCIPLINA	Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Estudo da interface educação de surdos e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Ferramentas tecnológicas para o ensino-aprendizado de Libras e/ou educação de Surdos. Cibercultura. Jogos digitais, redes sociais, softwares educativos, hipermídia e a educação mediada por tecnologias para o ensino de Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, José Armando. *Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?* 1. ed. São Paulo: Paulus, .2011

PIERRE, L. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

KENSKI, V. *Educação e Tecnologias*. O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. *Redes Sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?*. São Paulo: parábola editorial, 2016

BARBOSA, R. M. *Ambientes Virtuais de Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. (et al). *Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para os surdos*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008,

THOMA, Adriana da Silva & LOPES, Maura Corcini (Orgs). *A invenção da surdez II*. Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DISCIPLINA	Metodologia da Pesquisa			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução à pesquisa científica. Diferentes metodologias de pesquisa. Normatização dos trabalhos acadêmicos. Introdução ao uso de ferramentas de transcrição de língua de sinais. Análise de resenhas sinalizadas, revistas com produções científicas sinalizadas. Elaboração do pré projeto de pesquisa de acordo com as linhas de pesquisa do Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normalização da documentação no Brasil (PNB)*. Rio de Janeiro, IBBD.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*, Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*, Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6028*: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724*: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação, Rio de Janeiro, 2011.

BASTOS, Cleverson & KELLER, Vicente. *Aprender a Aprender: Introdução à Metodologia científica*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed., São Paulo: Mc Graw- Hill do Brasil, 1983.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do trabalho intelectual*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GALLIANO, Guilherme. A. *O método científico: Teoria e Prática*. São Paulo: Harba.

LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira. *Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais*. Goiânia: Câne Editoração, 2007

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Projeto de pesquisa: etapas e elaboração. NBR 15287/2011. NBR15290/2005. Elaboração de projeto de pesquisa em Língua Portuguesa escrita e/ou filmado em Libras de acordo com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico- metodológicas do tema abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normalização da documentação no Brasil (PNB)*. Rio de Janeiro, IBBD.
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BASTOS, Cleverson & KELLER, Vicente. *Aprender a Aprender: Introdução à Metodologia científica*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed., São Paulo: Mc Graw- Hill do Brasil, 1983.

D’ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do trabalho intelectual*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Antônio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: D&PA, 2000.

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II				PRÉ-REQUISITO	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC			CRÉDITOS	4

EMENTA

Elaboração de monografia ou artigo científico escrito em Língua Portuguesa ou filmado em Língua Brasileira de Sinais, baseado em projeto elaborado na disciplina de TCC I, relacionado com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico- metodológicas do tema abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normalização da documentação no Brasil (PNB)*. Rio de Janeiro, IBBD.
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT. *NBR 15290*. Informação e documentação: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2016.
FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
LAKATO S, Eva Maria. *Metodologia científica*. 3ª. Ed. São Paulo, Ed. Atlas.
SANTOS, Antônio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3ed. Rio de Janeiro: D&P A Editora, 2000
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2000

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DISCIPLINA	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I			PRÉ-REQUISITO	Didática da educação de surdos		
CH TOTAL	120	CH TEÓRICA	120	CH PCC		CRÉDITOS	8

EMENTA

Organização da escola. Estudo do projeto político-pedagógico da escola. Reflexões, análise e problematização da prática pedagógica do professor de Libras. Discussão sobre as abordagens atuais de ensino e aprendizagem da Libras como L1 e L2. Entrevistas com profissionais da escola e/ou alunos. Observação do ambiente escolar: esferas administrativas, estruturais e pedagógicas. Elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBRES, N. A. Ensino de Libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.

BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G.. Estágio e Docência: o estágio como campo de conhecimento. São Paulo: Cortez, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 47ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GESSER, AUDREI. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MEDRADO, Betânia. P. e REICHMANN, Carla L. (Org.). Projeto e práticas na formação de professores de língua inglesa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012

DISCIPLINA	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II			PRÉ-REQUISITO	Ensino de Libras como L1		
CH TOTAL	150	CH TEÓRICA	150	CH PCC		CRÉDITOS	10

EMENTA

Discussão sobre os aspectos éticos, políticos, legais, educacionais e culturais que envolvem o ensino de Libras como L1. Planejamento, progressão curricular e avaliação no ensino de Libras como L1. Estágio de observação, regência e análise das práticas pedagógicas utilizadas no ensino da Libras como L1 nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, envolvendo também a Literatura Surda e escrita de sinais. Elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBRES, N. A. Ensino de Libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.

BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G.. Estágio e Docência: o estágio como campo de conhecimento. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. I. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. **Estágio e docência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre a pedagogia e lingüística. Porto Alegre: Mediação, 1999. v.1 e 2.

DISCIPLINA	Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III			PRÉ-REQUISITO	Ensino de Libras como L2		
CH TOTAL	150	CH TEÓRICA	150	CH PCC		CRÉDITOS	10

EMENTA

Discussão sobre os aspectos éticos, políticos, legais, educacionais e culturais que envolvem o ensino de Libras como L2. Planejamento, progressão curricular e avaliação no ensino de Libras como L2. Estágio de observação, regência e análise das práticas pedagógicas utilizadas no ensino da Libras para ouvintes nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, envolvendo também Literatura Surda e escrita de sinais. Elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G.. Estágio e Docência: o estágio como campo de conhecimento. São Paulo: Cortez, 2004.

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. I. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, N. A. Ensino de Libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. **Estágio e docência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre a pedagogia e lingüística. Porto Alegre: Mediação, 1999. v.1 e 2.

FORMAÇÃO OPTATIVA

DISCIPLINA	Oficina de Literatura				PRÉ-REQUISITO	Literatura Surda I		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC			CRÉDITOS	04

EMENTA

Criação de literatura surda: narrativas, contos, fábulas, poesias, dramas, piadas, anedotas etc. Enfoque na produção de vídeos. Prática em contação de histórias. Prática em poesia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

POUND, Ezra. *Abc da literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. 11ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

VALÉRY, Paul. *Variedades*. Trad. Maiza Martins Siqueira, São Paulo: Iluminuras, 1999.

KERMODE, Frank. *Um apetite pela poesia: ensaios de interpretação literárias*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: EDUSP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ÁRVORE de Natal em LSB. Poema de Fernanda Machado. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2005. 1 DVD (20 min).

AS AVENTURAS de Pinóquio em LSB. Inspirado na obra de Carlo Lorenzini. Pesquisa e texto original Clélia Ramos. Adaptação e Roteiro Luiz Carlos Freitas & Nelson Pimenta. Rio de Janeiro: Paulinas & LSB Vídeo, 2006. DVD

BISOL, Cláudia. *Tibi e Joca – uma história de dois mundos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

LABORIT, E. O voo da gaivota. São Paulo: Best Seller, 1994.

LITERATURA em LSB. Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min).

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Libras			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Tópicos específicos de gramática da língua de sinais brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Marianne; LEITE, Tarcísio de Arantes (Orgs.). Estudos da Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis: Insular, 2013.

STUMPF, Marianne; QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes (Orgs.). Estudos da Língua Brasileira de Sinais II. Florianópolis: Insular, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, Neiva de Aquino; XAVIER, André Nogueira. Libras em estudo: descrição e análise. Mirandópolis: Editora Arara Azul, 2012.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, Ronice Muller (Org). 9º Theoretical Issues in Sign Language Research Conference. Florianópolis: Editora Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Muller; VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de. Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

DISCIPLINA	Materiais Didáticos em Escrita de Sinais				PRÉ-REQUISITO	Escrita de Sinais II		
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC			CRÉDITOS	04

EMENTA

Alfabetização e letramento em escrita de sinais. Produção de material didático em escrita de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistério. Belo Horizonte: Editora do autor, 2012

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais*. Volume 1 e 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WANDERLEY, Debora Campos. A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: editora prismas. 1º edição, 2015.

GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA	Escrita das Línguas de Sinais - ELiS			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução ao sistema ELiS. Os visogramas. Introdução à prática de leitura e escrita em ELiS. A estrutura do dicionário em escrita de sinais - ELiS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Mariângela Estelita. ELiS – Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre: Editora Penso, 2015.

QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Marianne (Orgs). Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; GLADIS, Perlin (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

FERNANDES, L. A. ELiS: internacionalização da escrita das línguas de sinais. Saarbrücken, Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

HIGOUNET, Charles. História concisa da escrita. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Princípios do sistema alfabético do português do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

DISCIPLINA	Sinais Internacionais				PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04	

EMENTA

Noções e principais características de Sinais Internacionais. Prática de conversação em Sinais Internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAR-TZUR, David (2002). International gesture: Principles and gesture Bar-Tzur (2002). Princípios e gestos.

RUBINO, F., A., e HAYHURST, A., e GUEJLMAN, J. (1975). Gestuno. Internacional Sign Language of the deaf. Carlisl: British Deaf association. Linguagem de sinais internacionais de surdos Carlisle: Britânicos associação de surdos.

SMITH, C., LENTZ, E. Mae, MIKOS, Ken. Signing Naturally Student Workbook, Units 1-6. Ed. DawnSignPress, San Diego, CA, US, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VALLI, Clayton. The Gallaudet Dictionary of American Sign Language. Gallaudet University press, Washington DC, 2005.

HOLCOMB, Thomas K. Introduction to American Deaf culture. Oxford University Press, New York, NY, 2013.

QUADROS, Ronice Muller (Org). 9º Theoretical Issues in Sign Language Research Conference. Florianópolis: Editora Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Muller; VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de. Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodernir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

DISCIPLINA	Alfabetização e Letramento de surdos em Língua Portuguesa			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Conceitos de alfabetização e letramento. Métodos de alfabetização e rupturas de paradigmas: o ensino de língua portuguesa para surdos. Emergências de um padrão surdo do português escrito. O texto escrito por surdos como uma variante linguística. Políticas linguísticas e português como segunda língua para surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LODI, A. C et al. (Org.). Letramento e minorias. 7 ed. Porto Alegre: Editora mediação, 2014.

RIBEIRO, M. C. Redação de Surdos: uma jornada em busca da avaliação escrita. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. ISBN: 978-85-7526-001-2

DUDENEY, G et al. Letramentos digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. ISBN: 978- 85-7934-085-7

WANDERLEY, D. C. A Leitura e Escrita de Sinais de Forma Processual e Lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015. ISBN: 978-85-68274-46-0

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 3ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

DISCIPLINA	Políticas Públicas e Educação				PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04	

EMENTA

Política e gestão da educação brasileira em seus diferentes níveis/modalidades, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas. Gestão participativa. Ética, política e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Fonseca. LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/96 – Comentada e Interpretada, artigo por artigo. São Paulo, AVERCAMP, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte, Autêntica, 2003

DOURADO, Luis Fernandes.(Org.) Políticas e Gestão da Educação no Brasil: Novos Marcos Regulatórios? São Paulo: Xamã, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade.(org.) Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GENTILI, Pablo.(org.) Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.

DISCIPLINA	Introdução aos Estudos Literários			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução aos conceitos fundamentais da literatura. Abordagem da problemática dos gêneros literários. Noções sobre poema, narrativa e drama. Introdução à literatura visual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Afranio. Notas de teoria literária. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Literatura e senso comum. Trad. Cleonice P. Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. A Poética clássica. São Paulo: Cultrix, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética - A teoria do romance. S. Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988.

COSTA, Lílían Militz da. Representação e teoria da literatura – dos gregos aos pós-modernos. Cruz Alta: Unicruz, 1998.

D'ONÓFRIO, Salvatore. Teoria do texto. Vol. 1 e Vol. 2. São Paulo: Ática, 1999.

GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C. Teoria da literatura “revisitada”. Petrópolis, RJ; Vozes, 2005.

DISCIPLINA	Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos Surdos			PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	45	CH TEÓRICA	45	CH PCC		CRÉDITOS	03

EMENTA

Estudo sobre o papel do educador de jovens e adultos, de conceitos andragógicos da análise das experiências atuais no campo da educação de jovens e adultos surdos com ênfase do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Médio. Exame de questões e abordagens metodológicas no Ensino Fundamental e Ensino Médio em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa como segunda língua.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice Muller de & PERLIN, Gladis (orgs). Estudos Surdos II . Petrópolis / RJ: Editora Arara Azul, 2007.

SCHWARTZ, SUZANA. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e pratica. Petrópolis: vozes, 2010.

SOARES, Leonico, GIOVANETTI, Maria Amélia e GOMES, Nilma Lino. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 2. ed. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEISIEGEL, Celso de Rui. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). Gestão Democrática de educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

CADERNO CEDES. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Campinas, vol. 21, n 55, novembro 2001.

CORRER, Rinaldo. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Florianópolis: EDUSC, 2003.

GUSTSACK, Felipe, VIEGAS, Moacir Fernando, BARCELOS, Valdo. Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo: TEC ART, 1993.

DISCIPLINA ¹	Língua Brasileira de Sinais - Libras				PRÉ-REQUISITO			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PCC			CRÉDITOS	04

EMENTA

Reconhecimento linguístico e legal das línguas de sinais. A importância da Libras na constituição do ser surdo. Línguas de sinais, identidades e cultura surda. Retrospectiva sobre educação de surdos no Brasil e educação bilíngue. Introdução à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Acessibilidade e a comunidade surda brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDINO, E. F. Absurdo ou lógica? A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011

SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹ Disciplina a ser ofertada para os cursos de licenciatura no Câmpus de Porto Nacional.

4.3.13 Metodologia

A organização curricular deste Curso visa assegurar o pluralismo de ideias e o acesso aos

avanços e eventos importantes referentes à realidade cultural, científica e política que o país apresenta. Nesse sentido, considera que a formação profissional do professor atente significativamente para a dimensão política, objetivando responder às questões atuais em relação ao respeito às diferenças, à ética e à diversidade cultural.

Sendo assim, as contribuições de teor metodológico oriundas da pesquisa em educação como os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa e o diálogo entre saberes e culturas estimulam a inquietação, a dúvida, a reflexão de novas ideias, a procura de novos métodos que comprometam o aluno com problemas reais da sociedade por meio de uma formação multidisciplinar.

Nesse sentido, a concepção e organização curricular estão apoiadas nos seguintes princípios metodológicos:

- ✓ Ética - compromisso social e o respeito para com a diversidade, as diferenças e o processo de inclusão social.
- ✓ Criticidade - condições de analisar o movimento da sociedade, perceber suas tensões e contradições e posicionar-se diante delas;
- ✓ Pluralidade - abordagem de questões através de diversos enfoques e princípios teórico-metodológico, ciente que o avanço científico e tecnológico possibilita amplo debate e confrontação de diferentes pontos de vista.
- ✓ Interação - consideração das experiências e aos conhecimentos existentes, confrontando-os com os novos desafios, ampliando o intercâmbio constante com outros segmentos da comunidade local, regional, nacional e internacional, especialmente relacionados às questões de ensino-aprendizagem referentes à Língua Brasileira de Sinais e educação de surdos.
- ✓ Inovação - adoção de produtos e serviços a contemplar as especificidades linguístico-culturais da comunidade surda, tais como a circulação de informes institucionais em Libras, uso e difusão da Libras no Câmpus de Porto Nacional, uso de novas tecnologias de comunicação e informação, ensino em Libras, avaliação de conhecimento disponíveis em Libras, avaliação de conhecimento expressos em Libras, consideração da relação específica que os surdos brasileiros possuem com a língua portuguesa, registro das aulas sinalizadas através de filmagem para posterior consumo entre os discentes, vestibular acessível, disponibilização de estúdio de gravação, espaço de edição e de estudo para o corpo discente.
- ✓ Acessibilidade - adoção de produtos e serviços a contemplar demais especificidades do corpo discente, tais como as especificidades demandadas por pessoas com deficiência, por ensino complementar ou suplementar, dentre outros, de acordo com a Portaria do MEC Nº 3284/2003 e com o documento *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC, 2008).

Além de considerar esses princípios, as situações de aprendizagem oferecidas no Curso devem desafiar o aluno a compreender o processo da aquisição de língua e levá-lo a mobilizar as competências necessárias para a sua atuação profissional. Nesse sentido, há um incentivo quanto ao uso constante da Libras entre a comunidade acadêmica, inclusive nos espaços fora da sala de aula. Destarte, os procedimentos metodológicos aplicados no Curso privilegiam a busca do saber, a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esse profissional, da autonomia do aluno, além da vinculação de novas ideias ou conceitos à sua bagagem cognitiva. Dessa forma, a relação teoria prática se dará de maneira intensa e contínua através de: aulas

teóricas; atividades de práticas pedagógicas em sala de aula; atividades em laboratórios; trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos; seminários; leituras orientadas; atividades de pesquisa; visitas orientadas às instituições de/para surdos, dentre outras.

4.3.14 Interface Ensino, Pesquisa e Extensão

A construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visa à consolidação da produção do conhecimento e o equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dessa forma, este tripé tem por objetivo a formação humana e a qualificação do profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais atuará.

As atividades de **ensino** devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular objetivando a produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo educacional com suas múltiplas determinações, por meio de conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. As atividades de ensino compreenderão: disciplinas; grupos de estudos; seminários temáticos; monitoria acadêmica, dentre outros.

No que se refere à **pesquisa**, reconhece-se as diversas possibilidades de articulação de trabalhos realizados na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial à produção de conhecimento acerca da realidade da comunidade surda, em relação à língua, cultura, identidades, processos de ensino e aprendizagem e do percurso educacional de surdos, cientes também de que a produção de conhecimento é ampla, contínua e interdisciplinar. As práticas de pesquisa estão em consonância com o proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT (2016, p. 21-22) que prevê a “[...] produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação”.

Outrossim, no âmbito do Curso Letras: Libras é previsto o desenvolvimento de pesquisas por parte do corpo docente, de maneira articulada e integrada na própria UFT ou com outras instituições, destacando as ações atuais do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional de Sistemas (Câmpus de Palmas) e do Programa de Pós-graduação em Letras (Câmpus de Porto Nacional), que tem desenvolvido pesquisas envolvendo alunos surdos e Libras. Especificamente, o Programa de Pós Graduação em Letras oferece anualmente vagas para candidatos surdos e garante acesso, permanência e participação de surdos, em todos os processos e procedimentos, através da institucionalização da Língua Brasileira de Sinais.

A **extensão** deve estar consoante às políticas institucionais e se orienta pelas diretrizes expostas no Plano de Desenvolvimento Institucional, quais sejam: “Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino- pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social (FORPROEX, 2012 apud PDI, 2017). Neste sentido, as atividades desenvolvidas referendam à extensão uma das funções básicas da Universidade, por ser o processo educativo, cultural e científico que articula o

Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e torna exequível a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Outrossim, oportuniza a elaboração da práxis do conhecimento acadêmico, estabelecendo a troca de saberes, que terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira, regional e local, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Em conformidade com essa missão, farão parte das atividades de pesquisa e extensão: participação em grupo de pesquisa; projetos de iniciação científica; projetos de pesquisa institucionais; autoria e/ou execução de projetos ou cursos de extensão; estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso; grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar; estudo e produção artístico-cultural; assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

As atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas no âmbito dos eixos curriculares, nas seguintes linhas de pesquisa:

- Estudos Surdos e Educação
- Estudos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - Libras
- Estudos Literários em Língua Brasileira de Sinais - Libras

4.3.15 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PADI, etc.

Os programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, a saber, Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, nº 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, nº 20/2007), PET, PIBID, Prodocência, Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, nº 19/2007) e Programa de Apoio ao Discente Ingressante/PADI (Resolução CONSEPE Nº 18/2015) contemplam não apenas os objetivos principais do Curso, mas também propiciam o envolvimento dos professores e dos alunos.

Através desses programas o Curso de Letras: Libras amplia o conjunto de atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos monitores sob orientação dos professores. Além disso, articulação entre iniciação à pesquisa, preparação para a docência e diálogo com a comunidade torna-se meta a ser alcançada por professores e alunos-monitores em cada programa, respeitando a especificidade de cada um destes.

Nesse sentido, os referidos programas são um *locus* privilegiado para formação de profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda a sua extensão, sendo o convívio e o trabalho coletivos meios para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PADI, PIM e PIMI) além de possibilitar a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), e de outras IES (MA).

4.3.16 Interface com as Atividades Complementares (cf. anexo 7.5)

As atividades complementares, entendidas como aquelas que complementam a formação do aluno e compõem, portanto, o currículo do Curso de Letras: Libras seguem as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT. Atendendo a referida resolução apresenta-se, em anexo, a tabela a ser considerada (cf. anexo 7.5).

4.3.17 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório (cf. anexo 7.3)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, Lei nº9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e das resoluções CNE/CP 02/2002 e 02/2015, considera-se que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática. Estes marcos regulatórios são o fio condutor deste projeto pedagógico ao qual se junta a Resolução nº03/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura. Segundo essa Resolução, em seu artigo 3º, é considerado estágio curricular “um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional”. Este, de acordo com o artigo 4º, tem como objetivo, “oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário”.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras procura articular as disciplinas da grade curricular com a formação do futuro professor de Libras. As disciplinas contidas no eixo de “Dimensão pedagógica”, especificamente, permitem ao professor em formação inserir-se nas discussões históricas e atuais sobre a escolarização de surdos e ensino da Libras, propiciando-lhe embasamento teórico prático sobre diferentes concepções do processo educacional da comunidade surda. Tal embasamento torna-se fundamental para as discussões metodológicas e aplicadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua que se desenvolvem nos estágios supervisionados.

Nesse sentido, as metodologias de ensino e o estágio supervisionado se constituem em momentos articuladores entre estudos teóricos desenvolvidos ao longo do Curso e a docência vivenciada no contexto escolar problematizando a dicotomia existente no processo de construção do conhecimento. Por outro lado, o desenvolvimento dos estágios supervisionados oportuniza aos estagiários confrontar os conhecimentos adquiridos em sua formação com situações de trabalho e com a prática pedagógica de professores das escolas, estimulando o hábito de observar, questionar e relacionar a teoria com a prática no cotidiano educativo escolar. Dessa forma, constitui-se como um trabalho interdisciplinar, articulando as disciplinas do curso e a escola, e como um trabalho interpessoal, proporcionando a relação dos alunos-estagiários com os diferentes atores da ação pedagógica — professores, supervisores, tutores, monitores, alunos.

Considerando a constante análise do que é vivenciado em suas experiências didáticas, os estágios supervisionados podem assumir um caráter de pesquisa das condições e práticas da profissão. A pesquisa decorre da observação, problematização, análise e discussão do que acontece dentro da instituição escolar enquanto local considerado fundamental para a formação do cidadão e inclusão social do indivíduo. Assim, o estagiário assume um papel reflexivo sobre sua prática docente, procurando sempre a melhoria de seu trabalho.

Outrossim, o **estágio curricular não obrigatório**, por sua vez, visa à ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional. Por se tratar de uma atividade também fundamental para a formação, o estágio será

desenvolvido sob a orientação de um Supervisor de Estágio da Área, com o acompanhamento da Central de Estágios do Câmpus e a colaboração de profissionais qualificados no campo de atuação de cada área de conhecimento. O estágio curricular não obrigatório é regido pela Resolução do CONSEPE N.º 20/2012.

4.3.18 Prática Profissional

O Curso de Letras: Libras objetiva a preparação de professores, que atuarão nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, cuja formação teórico prática está centrada na competência técnica, científica, política e pedagógica. Instrumentalizando- os de competências e habilidades que contribuem para a análise e a problematização constante de sua ação pedagógica na educação básica. Desse modo, formar docentes capazes de reformularem constantemente suas práticas pedagógicas consoante às demandas sociais, decorrentes da necessária inclusão de surdos e deficientes auditivos na sociedade, traduz a prática profissional que se pretende no presente curso.

4.3.19 Trabalho de Conclusão de Curso (cf. anexo 7.4)

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC poderá apresentar-se sob a forma de monografia individual ou artigo científico, redigido em Língua Portuguesa ou filmado para Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, sobre uma temática correspondente às linhas de pesquisa do curso. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva:

- Desenvolver estudo investigativo sobre questão da formação acadêmica;
- Reconhecer os aspectos metodológicos de uma pesquisa;
- Reconhecer a importância do papel da investigação no processo de formação do docente;
- Apresentar e defender publicamente, perante Banca Examinadora, composta por três docentes, o orientador e dois outros escolhidos por este e, em comum acordo, com o orientando, o estudo realizado;
- Socializar a pesquisa realizada através de publicação em Língua Portuguesa e edição em Língua Brasileira de Sinais – Libras em repositório institucional acessível pela internet;
- Difundir a produção acadêmica em Língua Brasileira de Sinais.

O regulamento do TCC contendo critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação e diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração está nos anexos.

4.3.20 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação é fator determinante no trabalho pedagógico, pois é uma ação que possibilita a construção de uma representação mais realista das aprendizagens, de suas condições, modalidades, mecanismos e de seus resultados. Não é, portanto, apenas um processo quantitativo, estático, de função classificatória e autoritária relacionado à ideia de informações codificáveis que contabilizam o conhecimento. Trata-se de um instrumento que proporciona o diagnóstico permanente de problemas e a melhor apreensão de resultados alcançados, tendo em vista as

competências a serem constituídas e, ainda, a percepção das mudanças eventualmente necessárias no percurso de aprendizagem. É uma ação qualitativa que ocorre nas seguintes dimensões: diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa. O objetivo de toda avaliação é produzir conhecimento para alimentar as ações dos professores, dos alunos e da gestão acadêmica.

A avaliação é, pois, uma ação estratégica na negociação das diferenças e das necessidades dos diversos sujeitos sociais envolvidos no processo educativo. Em função das normas de excelência preconizadas pela instituição e esperadas pela sociedade, os docentes devem aprender a gerir tais normas e os discentes devem ser capazes de reconhecê-las e vivenciá-las.

Sob a perspectiva quantitativa, o procedimento avaliativo do Curso conforme prescreve o Regimento Geral e o Regimento Acadêmico da UFT, que regem sobre o rendimento escolar do estudante da instituição. No que se refere aos procedimentos metodológicos e aos critérios de avaliação discente, estes deverão ser especificados nos Planos de Ensino de cada disciplina, juntamente com os dados formais sobre a mesma, sua ementa, conteúdos e bibliografia.

O Curso de Letras: Libras caracteriza-se pela a presença da Língua Brasileira de Sinais – Libras como principal língua de instrução e como primeira língua para os acadêmicos surdos e, segunda língua, para discentes ouvintes. Em atendimento às especificidades linguístico-culturais dos surdos e ao que preconiza o decreto 5626/05, o curso adota uso de novas tecnologias de comunicação e informação durante as avaliações de conhecimento expressos em Libras. Já durante a avaliação de conhecimento expressos em língua portuguesa, considera-se a relação de segunda língua que os surdos brasileiros possuem com a língua portuguesa.

4.3.21 Formação Continuada

Em consonância com a Resolução CNE nº 02/2015, levando em conta o compromisso social e valorização do profissional da educação, na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes, o Curso de Letras: Libras visa atender, no Estado do Tocantins, através da formação continuada, os professores de Libras e demais profissionais que atuam, principalmente, na Educação Básica. Dessa maneira, busca-se a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirada nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico das instituições de ensino.

4.3.22 Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação, enquanto processo contínuo, exige participação ativa e crítica dos que nele estão envolvidos, ou seja, docentes, discentes e técnicos administrativos. A fim de atender as demandas apresentadas deve-se proceder as adequações desse Projeto Pedagógico, as quais ficam a cargo do Núcleo Docente Estruturante – NDE e discutidas e aprovadas pelo do Colegiado do Curso de Letras: Libras. O NDE, respaldado pela Resolução da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior nº 01, de 17 de junho de 2010, pela Instrução Normativa da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior nº 1/2015 que estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e

Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; pela Nota Técnica do DAES/INEP nº 008 de 04 de março de 2015 bem como pela Nota Técnica Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins, de 03 de novembro de 2015, deve, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, promover processo formal de acompanhamento imparcial, contínuo, dinâmico e cumulativo, pautar-se:

- pela coerência entre as técnicas e instrumentos de avaliação discente e o projeto pedagógico – observando as características de cada disciplina, explicitadas nos programas e planos de ensino;
- por uma orientação acadêmica individualizada que privilegie, sobretudo, os objetivos do Curso mormente ao perfil desejado do formando, contemplando e valorizando a diversidade de aptidões e competências na formação de indivíduos transformadores.
- pela adoção de técnicas e instrumentos variados de avaliação interna, de modo a permitir análise contínua do Curso e seu aperfeiçoamento.
- pela disposição permanente em participar do processo de avaliação realizado pelos órgãos competentes.

A avaliação permanente do Curso permite a identificação de necessidades e anseios da comunidade acadêmica para que sejam tomadas as providências que garantam a disponibilização das condições necessárias ao alcance dos objetivos propostos.

4.3.23 Autoavaliação e avaliação externa (ENADE e outros)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), regulamentada no âmbito da Universidade Federal do Tocantins pela Resolução CONSUNI nº 11/2012, tem como finalidade implementar o processo de autoavaliação (avaliação interna) em caráter institucional e coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em consonância com as diretrizes internas, os princípios e critérios definidos pela Universidade, respeitando as especificidades de suas atividades e sua missão institucional. A CPA, portanto, atua no processo avaliativo do curso. Sendo assim, a avaliação será embasada por documentos, além do SINAES, por aqueles provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que diz respeito à avaliação de cursos de Licenciatura.

A Avaliação Externa proposta pelo MEC, nomeada como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, foi criada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão.

O SINAES possui uma série de instrumentos complementares: auto avaliação, avaliação externa, ENADE, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país. Os processos avaliativos são coordenados e

supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para orientação institucional e pelos órgãos governamentais, a fim de implementar políticas públicas.

De modo contíguo às ações institucionais, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas, é previsto a implementação de ações acadêmico- administrativas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras: Libras, para o acompanhamento dos processos de avaliação de maneira sistematizada.

5. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Curso de Letras: Libras conta atualmente com 17 (dezesete) docentes efetivos, em regime de dedicação exclusiva (40h) para atender as disciplinas que compõem a matriz curricular. Desse montante, 9 (nove) são surdos e, 8 (oito), ouvintes.

CORPO DOCENTE DO CURSO DE LETRAS: LIBRAS

NOME	LINK PARA O CURRÍCULO LATTES
Adelaine Valéria Gomes Lima	http://lattes.cnpq.br/5108591950348565
Alanna Alencar de Araújo	http://lattes.cnpq.br/8110277289590214
Bruno Gonçalves Carneiro	http://lattes.cnpq.br/2261247004986074
Carlos Roberto Ludwig	http://lattes.cnpq.br/5920210250667780
Cristiano Pimentel Cruz	http://lattes.cnpq.br/6141793098568849
Felipe de Almeida Coura	http://lattes.cnpq.br/4852539378181217
Gabriela Otaviani Barbosa	http://lattes.cnpq.br/3085241297188909
George França dos Santos	http://lattes.cnpq.br/6683312593254876
Gésica Suellen Sobrinho Costa	http://lattes.cnpq.br/9786741075423672
José Ishac Brandão El Khouri	http://lattes.cnpq.br/1033240573374954
Kátia Rose Oliveira de Pinho	http://lattes.cnpq.br/0255604503311090
Maria Inez Souza Maia	http://lattes.cnpq.br/3955150784338010
Renato Jefferson Bezerra Leão	http://lattes.cnpq.br/0099213073784911

Rodrigo Augusto Ferreira	http://lattes.cnpq.br/2243613374687578
Roselba Gomes de Miranda	http://lattes.cnpq.br/4044567410074905
Suelen Silva de Oliveira	http://lattes.cnpq.br/7199972574708380
Thainã Miranda Oliveira	http://lattes.cnpq.br/4359629857391072

5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

O corpo docente do Curso de Letras-Libras é composto por 17 (dezessete) professores. Abaixo, segue a relação de professores e respectivas titulações.

Adelaine Valéria Gomes Lima - <http://lattes.cnpq.br/5108591950348565>

Licenciatura em Pedagogia (Unirg, 2000)

Especialização em Libras (Unitins, 2009)

Mestranda em Letras (UFT, 2018 - atual)

Alanna Alencar de Araújo - <http://lattes.cnpq.br/8110277289590214> Licenciatura em Letras: Libras (UFSC, 2010)

Especialização em Libras (Unicid, 2012)

Mestranda em Letras (UFT, 2018 - atual)

Bruno Gonçalves Carneiro - <http://lattes.cnpq.br/2261247004986074>

Bacharelado em Fisioterapia (UFVJM, 2006)

Bacharelado em Letras: Libras (UFSC, 2012)

Mestrado em Letras e Linguística (UFG, 2012)

Doutorando em Letras e Linguística (UFG, 2016 - atual)

Carlos Roberto Ludwig - <http://lattes.cnpq.br/5920210250667780>

Licenciatura em Letras - Português, Inglês e Literaturas e Letras - Português, Francês e Literaturas (UFSM, 2005)

Mestrado em Letras (UFRGS, 2008)

Doutorado em Letras (UFRGS, 2013)

Cristiano Pimentel Cruz - <http://lattes.cnpq.br/6141793098568849>

Licenciatura (2013) e Bacharelado (2014) em Educação Física (Unifor)

Especialização em Libras: Tradução, Interpretação e Ensino (2016) Mestrado em Letras (UFT, 2017 - atual)

Felipe de Almeida Coura - <http://lattes.cnpq.br/4852539378181217> Licenciatura em Letras Português/Inglês (FACIC, 2010)

Especialização em Ensino de Inglês (UFMG, 2014)

Mestrado em Estudos Linguísticos (UFMG, 2016)
Doutorando em Estudos Linguísticos (UFMG, 2017 - atual)

Gabriela Otaviani Barbosa - <http://lattes.cnpq.br/3085241297188909>

Licenciatura em Letras: Libras (UFG, 2013)
Mestrado em Linguística (UFSC, 2017)

George França dos Santos - <http://lattes.cnpq.br/6683312593254876>

Licenciatura em Filosofia (UFSC, 1999)
Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC, 2002)
Doutorado em Educação (PUC-SP, 2006)

Gésica Suelen Sobrinho Costa - <http://lattes.cnpq.br/9786741075423672>

Licenciatura em Letras-Libras (UFSC, 2012)
Especialização em Docência no Ensino Superior (FABEC, 2013)
Mestrado em Linguística (UFSC, 2018)

José Ishac Brandão El Khouri - <http://lattes.cnpq.br/1033240573374954>

Licenciatura em Letras-Libras (UFG, 2016)
Especialização em Libras (FACEL, 2017)
Mestrando em Letras (UFT, 2017 – atual)

Kátia Rose Oliveira de Pinho - <http://lattes.cnpq.br/0255604503311090>

Bacharelado em Letras (UFPE, 1984)
Mestrado em Letras (UFPE, 2002)
Doutorado em Ciência da Literatura - Poética (UFRJ, 2009)

Maria Inez Souza Maia - <http://lattes.cnpq.br/3955150784338010>

Licenciatura em Letras: Libras (UFSC, 2010)
Especialização em Libras (UCDB, 2015)
Mestrado em Letras (UFT, 2017 - atual)

Renato Jefferson Bezerra Leão - <http://lattes.cnpq.br/0099213073784911>

Bacharelado em Administração (UBEC, 2013).
Especialização em Educação Inclusiva (UCDB, 2016).
Mestrando em Letras (UFT, 2017 – atual)

Rodrigo Augusto Ferreira - <http://lattes.cnpq.br/2243613374687578> Licenciatura em Letras-Libras (UFSC, 2016).
Especialização em Docência de Ensino Superior de Libras (UCAM, 2019) Mestrando em Letras (UFT, 2018 – atual)

Roselba Gomes de Miranda - <http://lattes.cnpq.br/4044567410074905>

Licenciatura em Letras-Libras (UFSC, 2012).

Especialização em Linguística Aplicada (ESEA, 2013).
Mestrando em Letras (UFT, 2017 - atual).

Suelen Silva de Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/7199972574708380>

Licenciatura em Letras-Libras (UFG, 2014).
Especialização em Educação Inclusiva (FABEC, 2014).
Mestrando em Letras (UFT, 2017 - atual).

Thainã Miranda Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/4359629857391072> Licenciatura
em Letras-Libras (UFG, 2013).

Especialização em Docência no Ensino Superior (FASAM, 2014).
Mestrando em Letras (UFT, 2017 - atual).

5.2 Regime de trabalho

O corpo docente do Curso de Letras: Libras é composto por professores em regime de dedicação exclusiva (40h) enquanto o corpo técnico-administrativo segue as normas do regime jurídico adotado pela Universidade.

5.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Curso de Curso de Letras: Libras compõe-se de dezessete (17) professores efetivos dentre os quais foram escolhidos para compor o Núcleo Docente Estruturante. Em atendimento ao que preconiza a norma técnica da Prograd (**Nota técnica Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins**), o NDE do Curso de Letras: Libras é composto pelos seguintes professores:

Gabriela Otaviani Barbosa (Presidente do NDE);
Rodrigo Augusto Ferreira (Coordenador do Curso de Letras: Libras);
Kátia Rose Oliveira de Pinho
George França dos Santos
Felipe de Almeida Coura;
Bruno Gonçalves Carneiro;
Gésica Suellen Sobrinho Costa.

5.4 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso

O colegiado do Curso de Curso de Letras: Libras conta com seis técnicos administrativos, a saber, um secretário, um técnico em audiovisual, um técnico de informática e três tradutores intérpretes. Vale ressaltar que a capacitação do corpo técnico administrativo se dá através de programas institucionais contemplados pelas proposições de formação da UFT, isto é, formação técnico-administrativo para gestão universitária (cursos de implementação de rotinas e organização de dados; cursos de organização administrativa; cursos de formação de gestão pública); ou ainda, através de cursos e seminários de extensão promovidos por integrantes do

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

Quanto à estrutura administrativa, há um (01) servidor assistente administrativo para secretariar a Coordenação, um (01) servidor técnico de informática, um (01) servidor técnico audiovisual e de três (03) servidores tradutores e intérpretes de Linguagem de Sinais. No que diz respeito à estrutura física, o Curso de Letras: Libras conta com cinco

(05) salas de aula; dois (02) laboratórios de multimídia; dois (02) laboratórios para produção visual (estúdio de elaboração, tradução e adaptação de material didático); um

(01) laboratório didático-pedagógico; uma (01) sala para intérpretes; uma (01) sala coletiva de professores; uma (01) sala conjunta para secretaria e Coordenação. Essa estrutura física está distribuída nos blocos VIII, X e CGE do Câmpus de Porto Nacional.

6.1 Laboratórios e instalações

- **Laboratório Multimídia I.** Compreende de espaço com equipamentos de informática, câmeras webcam, TV, espaço para projeção, para atendimento de atividades didático-pedagógicas do curso, ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Este laboratório está localizado no Bloco VIII, sala 3.
- **Laboratório Multimídia II.** Compreende de espaço com alguns equipamentos de informática, algumas câmeras webcam, TV, espaço para projeção, mesa grande, cabines individuais, para atendimento de atividades didático-pedagógicas do curso, ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É também um espaço utilizado como sala coletiva de professores para reuniões, orientações, convivências, dentre outras atividades. Este laboratório está localizado no Bloco VIII, sala 4.
- **Laboratório para produção visual I.** Compreende de estúdio de gravação para elaboração e adaptação de material didático, ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Este laboratório é composto por espaço para filmagem, Chroma Key, câmera e iluminação. Este laboratório está localizado no Bloco VIII, e ocupa parte da sala 1.
- **Laboratório para produção visual II.** Compreende de estúdio de gravação para elaboração, tradução e adaptação de material didático utilizado por alunos e professores, ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Este laboratório é composto por 3 espaços para filmagens, Chroma Key, câmeras, iluminação, teleprompter e ilha de edição. Este laboratório está localizado no Bloco VIII, sala 2.
- **Laboratório Didático-Pedagógico.** Refere-se à uma sala equipada com recursos didático-pedagógicos com fins que convergem ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito

do Curso de Letras-Libras. Está localizada no Bloco VIII e ocupa parte da sala 5.

- **Sala de Tradutores/Intérpretes de Libras.** Refere-se a uma sala destinada à permanência e para momentos de estudos e discussões dos tradutores/intérpretes de Libras. Possui espaço equipado com armários, mesas e computadores. Está localizada no Bloco VIII, e ocupa parte da sala 1.
- **Sala coletiva de professores.** Trata-se de uma sala equipada com mesas, cadeiras, computadores e armários que é destinada à reuniões de professores tais como: colegiado, NDE, dentre outras. Além disso, é um espaço de permanência e convivência dos professores. Está localizada no Bloco VIII, e ocupa parte da sala 5.
- **Sala conjunta para Secretaria e Coordenação.** Espaço compartilhado para trabalhos da coordenação e da secretaria do Curso. É equipado com armários, mesas, cadeiras, computadores e telefone. A sala é localizada no bloco do CGE.
- **Salas de aula.** São 5 (cinco) salas de aula equipadas com mesa e cadeira para professor, cadeiras/mesas para alunos, tela para projeção e data-show. Estão localizadas no Bloco X.
- **Auditório.** O auditório é um espaço que atende os cursos existentes no Câmpus de Porto Nacional, sendo, portanto, de uso complementar e comum a todos. Este espaço está equipado com cadeiras, mesa diretiva, púlpito e data show. O auditório está localizado no Bloco III.

6.2 Biblioteca

Localizada num prédio específico de 493,5 m², a biblioteca conta com acervo atualizado, tanto em livros de pesquisa como em periódicos, um acervo de vídeos, microfilmes, CDs e DVDs. Possui uma sala de 93,84 m² de estudos em grupo e uma área de 81,88 m² de salas de estudos individuais, ambas com ar condicionado. A área do acervo ocupa 217,5 m² e possui ar condicionado para melhor conservação do material.

Para organização e atendimento, existem sete técnicos administrativos e um bibliotecário. Possui assinatura de periódicos diversos e revistas especializadas. A biblioteca do *Câmpus* de Porto Nacional conta com um acervo substancial, atendendo às áreas diversas de conhecimento e recursos midiáticos também a disposição da comunidade acadêmica.

Todos os materiais podem ser retirados por alunos ou professores. A atualização do acervo bibliográfico é realizada periodicamente, de acordo com solicitações dos professores. Atualmente, a biblioteca do *Câmpus* de Porto Nacional está informatizada, tornando possível a consulta via *internet*.

6.3 Periódicos especializados

A Universidade Federal do Tocantins possui acesso ao portal periódicos CAPES (www.periodicos.capes.gov.br) e cada discente, docente ou técnico possui acesso a todo conteúdo disponível. A coordenação orienta os discentes para manter listagem atualizada de periódicos que são utilizados no transcorrer do curso em cada disciplina.

No âmbito da Universidade Federal do Tocantins há alguns periódicos de áreas afins ao Curso de Letras: Libras. Em especial destacam-se as revistas “Porto das Letras” e “Entreletras”, do Programa de Pós-Graduação em Letras (Porto Nacional) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (Araguaína) respectivamente.

6.4 Área de lazer e circulação

O *Câmpus* de Porto Nacional conta com uma grande área verde, Restaurante Universitário, uma cantina e vários espaços que servem como áreas de lazer e espaço de convivência (recantos) para a realização de possíveis eventos ao ar livre e encontro da comunidade acadêmica.

6.5 Acessibilidade para pessoas com deficiência

A UFT busca adaptar-se ao cumprimento da **Lei Nº 5296/2004** e da **Lei Nº 13.14/2015**, Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para assegurar às pessoas com deficiência, condições básicas de acesso, permanência e participação ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu Câmpus, tendo como referência também a Norma Brasileira NBR- 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Alguns equipamentos de tecnologia assistiva estão alocados na Biblioteca do Câmpus de Porto Nacional e no Curso de Letras Libras.

No âmbito da Universidade Federal do Tocantins, há o PAEI - Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva, de forma a assegurar ações que garantam a inclusão e permanência qualificada das pessoas com deficiência, em todas as dependências da Universidade. Há também, no Câmpus de Porto Nacional, o Setor Integrado Multiprofissional de Assessoria à Comunidade Acadêmica (Simae).

No ano de 2018, no Curso de Letras: Libras, há um total de 9 (nove) professores surdos efetivos e 38 (trinta e oito) alunos surdos matriculados. Também, no Câmpus de Porto Nacional, há 6 (seis) surdos matriculados no Programa de Pós-Graduação em Letras. Dessa maneira, para além da acessibilidade no Câmpus, os saberes surdos, alicerçados na cultura surda, estão disponíveis e clamam por novas posições principalmente no repensar a educação de surdos. Que seja a Universidade uma realidade para que o surdo encontre sua diferença. Isso pressupõe mudanças de concepção e de práticas. A sabedoria e as experiências que as pessoas surdas ganharam com a vida podem ser a melhor fonte para avaliar os esforços nesse sentido.

6.6 Setores Administrativos do Câmpus de Porto Nacional

O Bloco I abriga o setor administrativo do Câmpus de Porto Nacional. Neste espaço encontra-se a sala de Direção do Câmpus bem como o setor de protocolo, secretaria acadêmica, patrimônio, almoxarifado, compras, planejamento e administração, recursos humanos e transporte.

7. ANEXOS

7.1 Regimento do Curso

REGIMENTO DO CURSO DE CURSO DE LETRAS: LIBRAS

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1º O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O Colegiado do Curso de Letras: Libras é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas de ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º A administração do Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I – Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso; II -

Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III- Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Centro Acadêmico;

b) Coordenação de Estágio do Curso;

IV - Órgão de Apoio Administrativo: Secretaria do Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º – O Colegiado de Curso de Letras: Libras tem como competência deliberar sobre assuntos inerentes ao Curso além de ser o órgão de coordenação didático científica, constituído pelos seguintes membros:

Corpo docente:

I – Coordenador do Curso - presidente

II – Docentes Efetivos: com direito a voz e voto; III

– Professores substitutos: direito a voz.

Representação Discente:

- I – A representação discente correspondente a um quinto (1/5) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT) com direito a voz e voto;
- II - O representante discente é escolhido pelos seus pares e este deve informar à Secretaria do Curso, oficialmente, sempre que houver eleição para representantes estudantis.
- III– os discentes têm direito a um (01) suplente, que deve informar sobre a sua condição, caso haja a necessidade de substituição.

Representação Técnico Administrativa:

- I - A representação dos técnicos administrativos corresponde a 01 (um) representante dos tradutores/intérpretes de Libras e a 01 (um) representante dos demais técnicos administrativos.
- II– Os representantes dos técnicos administrativos têm direito a voz e a um voto cada. III – Cada representação dos técnicos administrativos tem direito a 01 (um) suplente, que deve informar sobre a sua condição, caso haja a necessidade de substituição.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5º São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;

- II- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

- IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

- VII- estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

- VIII- decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

- IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado; X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecem ao calendário aprovado pelo Colegiado e devem ser convocada, no mínimo, com dois (02) dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º As Reuniões Extraordinárias devem ser convocada com 01 (um) dia de antecedência, funcionando em primeira convocação com maioria simples de seus membros.

§ 3º – A ausência, não justificada, de qualquer membro à Reunião Ordinária do Curso, em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas acarretará na perda do direito a voto por tempo determinado pelo colegiado.

§ 4º – É facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões. Para efeito de quórum, no entanto, são considerados apenas os professores em exercício.

§ 5º O Colegiado de Curso pode propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7º As reuniões devem obedecer à seguinte ordem: abertura pela Presidência; discussão e aprovação da pauta; leitura e aprovação de ata; informes; debates, encaminhamentos e deliberações; encerramento.

Art. 8º Informes e debates devem ser objetivos e pautados pelo bom senso, respeito e ética.

§ 1º Os informes não devem ultrapassar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

§ 2º Os debates devem pautar-se pelos seguintes encaminhamentos:

- I. As intervenções devem respeitar a ordem de inscrição.
- II. Questões de ordem, encaminhamentos, esclarecimentos e regime de votação devem ser obedecidos.
- III. Conforme o artigo 129 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, o membro do Colegiado pode ser advertido pela Presidência caso desrespeite outro membro do Colegiado com ofensa de natureza ética, moral, racial ou sexual, e abandone reuniões sem justificativa.

Art. 9 As deliberações são adotadas pelo voto da maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos membros presentes do Colegiado.

Art. 10º As deliberações do Colegiado são baixadas pela Presidência sob a forma de resolução, homologação ou outra modalidade afim.

Art. 11 - O tempo máximo de duração das reuniões não deve exceder 3 (três) horas. Em caso de não cumprimento da pauta, uma nova reunião deve ser convocada.

Art. 12 – As reuniões do Colegiado de Curso têm prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso.

Parágrafo único: Todas as faltas à reunião de Colegiado deverão ser comunicadas prévia e oficialmente.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 13 - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado.

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha do Coordenador e do coordenador substituto para substituir o coordenador em suas ausências justificadas;

Art. 14º Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 15 - A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação; II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

- III– instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;
- IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI– secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII– manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X - auxiliar as atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado;
- XI– desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII- manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII– executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 16 O regime didático do Curso de Letras: Libras é regido pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 17 O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, é proposto pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e, após discutido, aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 18 A proposta curricular elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e aprovada pelo Colegiado de Curso contempla as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 19 A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e aprovada pelo Colegiado de Curso deve ser encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 20 O aproveitamento de estudos é realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Art. 21 A avaliação segue normas estabelecidas pelo Regimento Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Tocantins e pelo Projeto Pedagógico do Curso de Letras. No caso de avaliação em segunda chamada, devem ser observados os seguintes critérios:

- a solicitação deve ser feita por meio de documento protocolado em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da avaliação regular;
- após o deferimento, o aluno realiza a avaliação em local e data estabelecidos pelo professor;
- o conteúdo da avaliação em segunda chamada contempla o mesmo conteúdo da avaliação regular.

Art. 22 A revisão de prova, um direito do discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Tocantins, deve ocorrer no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico vigente no semestre.

Seção II

Da Oferta de Disciplinas

Art. 21 A oferta de disciplinas é elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 As propostas de alteração deste Regimento devem ser encaminhadas ao Colegiado para apreciação e votação por maioria absoluta de dois terços dos membros. Art. 23 Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 24 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

7.2 Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CÂMPUS DE PORTO NACIONAL CURSO DE LETRAS: LIBRAS

REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

De forma complementar às normativas orientadoras do Estágio Supervisionado da UFT definidas em conformidade com a Lei 11.788/2008, que se encontram disponíveis no endereço www.uft.edu.br, link 'estágios', o presente Regulamento deverá ser observado.

CAPÍTULO I IDENTIFICAÇÃO O

Art. 1º. O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório do Curso de Letras: Libras, Câmpus de Porto Nacional.

§1- os estágios supervisionados obrigatórios são relativos à Prática de Ensino do Curso de Letras: Libras, Câmpus de Porto Nacional.

§2- as normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras, Câmpus de Porto Nacional e com a Lei nº 7.888/2008.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O estágio Supervisionado obrigatório tem como objetivo: possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem em Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua.

Art. 3º. O estágio não obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional em instituições conveniadas com a UFT de acordo com assinatura do termo de compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º. O estágio supervisionado obrigatório está organizado em três disciplinas denominadas Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I; Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II e; Estágio supervisionado em Libras respectiva Literatura III.

CAPÍTULO IV PROGRAMAÇÃO DE ESTÁGIO E DURAÇÃO

Art. 5º. A duração dos estágios obrigatórios totaliza 420 h e compreende um conjunto de ações planejadas por professores vinculados ao Colegiado do Curso, as quais devem ser cumpridas integralmente pelo acadêmico matriculado.

Art. 6º. A programação de cada estágio será de cargo do professor responsável e envolverá o desenvolvimento de estratégias que visem o estabelecimento permanente do ciclo de ação/reflexão/ação ao longo do processo de docência e articulação entre as atividades/discussões na disciplina e a prática do estágio nas instituições escolares.

§1- A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com os profissionais das instituições e sob a avaliação dos professores de estágio.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, devem ser aprovadas pelo professor da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V LOCAIS DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º. As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino particulares ou públicas, de acordo com as possibilidades da instituição escolar, preferencialmente na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – Em casos especiais, são aceitos estágios em outras instituições como ONGs, fundações culturais, centros que comprovem atividades ligadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Art. 8º. A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição e a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO VI AVALIAÇÃO

Art. 9º. A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio do Curso de Letras Libras da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre e no regimento acadêmico da Universidade.

Parágrafo único – ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

I- participar de todas as atividades dos estágios;

II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma;

III- cumprir com as normas escolares,

- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola; e
- V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência;
- VI- cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUPERVISORES DE ESTÁGIO

Art. 11. Compete aos supervisores de Estágio:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio.
- II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.
- III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.
- IV- acompanhar o planejamento do estágio, quadro de horários e relatórios.
- V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio, desde as aulas na universidade até a regência na escola.

CAPÍTULO IX DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Art. 12. Compete às instituições escolares que recebem os estagiários:

- I - permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a como melhor lhe convier.
- II- permitir o uso de recursos audiovisuais disponíveis pela instituição.
- III- tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular da mesma.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: CAPÍTULO X DA ORGANIZAÇÃO

Art. 13. O estágio não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 14. O estágio não obrigatório pode ser desenvolvido nas áreas de ensino e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, definidas pelo Colegiado do Curso em instituições conveniadas com a UFT — termo de compromisso— que atendam os pré-requisitos:

- I- pessoas jurídicas de direito privado;
- II- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

Art. 15. O tempo de duração de estágio não obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 16. O estágio não obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a instituição conveniada.

Art. 17. Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas à e desenvolvidos na UFT não são considerados estágios não obrigatórios.

CAPÍTULO XI DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 18. A elaboração do Plano de Trabalho do Estagiário deve ser formulada de acordo entre as três partes conveniadas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e instituição conveniada) de acordo com suas necessidades.

Art. 19. A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado de acordo com artigo 16 e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 20. Cada supervisor de área é escolhido entre os membros do Colegiado do Curso de Letras: Libras.

§1º- Cada supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2º- a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada seis meses.

Art. 21. Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 23. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

7.3 Regulamento de TCC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LETRAS: LIBRAS**

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Letras: Libras.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras: Libras, e tem como principais objetivos:

- Comprovar a assimilação dos conteúdos ministrados durante o curso;
- Permitir aos alunos a demonstração de sua aptidão profissional;
- Estimular a produção científica dos alunos.

Art. 3º. São objetivos do TCC:

- a) Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo científico, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado às linhas de pesquisa do curso.
- b) Propiciar aos alunos do Curso de Letras: Libras a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio ou vivenciada no decorrer do Curso.
- c) Reconhecer a importância do papel da investigação no processo de formação do docente;
- d) Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, difundindo a produção acadêmica em Língua Brasileira de Sinais.
- e) Apresentar publicamente e submeter à apreciação o estudo realizado, em sessão coordenada composta por três docentes (o orientador e dois outros escolhidos por este ou pelo aluno) em evento acadêmico do Curso de Letras: Libras.
- f) Socializar a pesquisa realizada através de publicação nos anais do evento acadêmico; Parágrafo único – As Linhas de Pesquisa dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Letras: Libras são:
 - Estudos Surdos e Educação
 - Estudos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - Libras
 - Estudos Literários da Língua Brasileira de Sinais - Libras

**CAPÍTULO II
DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Art. 4º. O aluno deve elaborar seu projeto para nortear o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com o presente Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do seu Professor orientador.

Parágrafo Único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos na Resolução do Consuni Nº 36, de 06 de dezembro de 2017 (Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins) e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que forem elas aplicáveis.

Art. 5º. A estrutura do projeto compõe-se de:

- I. Capa;
- II. Folha de rosto;
- III. Introdução - breve relato sobre o tema;
- IV. Objetivos;
- V. Justificativa;
- VI. Metodologia;
- VII. Roteiro do Trabalho Acadêmico;
- VIII. Cronograma de atividades;
- IX. Levantamento bibliográfico;
- X. Parecer de admissibilidade do professor orientador.

Art. 6º. Cabe ao professor coordenador de TCC atribuir nota ao aluno, no que se refere à normatização do trabalho, a qual constará como parte da primeira avaliação.

Art. 7º. O projeto preliminar deve ser entregue ao professor orientador até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina.

Art. 8º. Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I- ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;
- II- haver a aprovação do professor orientador;
- III- existir a concordância do professor orientador em descontinuar a orientação;
- IV- haver aquiescência do Coordenador de TCC.

§1º Cabe ao professor orientador a avaliação e aprovação dos projetos preliminares apresentados pelos acadêmicos.

§2º Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

CAPÍTULO III DO COORDENADOR DE TCC

Art. 9º. O Colegiado do Curso de Letras: Libras deve eleger o Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso, que é o responsável pelas disciplinas de TCC I e II.

Parágrafo único. O Coordenador terá um mandato de dois (02) semestres, podendo ser reconduzido por mais um mandato e deverá pertencer ao quadro de professores efetivos do curso.

Art. 10. Ao Coordenador de TCC compete, em especial:

- I. Zelar e observar o cumprimento deste Regimento;
- II. Organizar evento acadêmico com a finalidade de apresentar publicamente os trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos;
- III. Providenciar a publicação dos trabalhos apresentados;
- IV. Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos.
- V. Indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- VI. Elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;
- VII. Receber o projeto de TCC e os relatórios parciais;
- VIII. Manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do aluno em fase de elaboração do TCC, título, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;
- IX. Providenciar o encaminhamento à biblioteca do Câmpus e Central da UFT do CD/DVD das monografias aprovadas;
- X. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;
- XI. Preencher os Diários de Classe conforme as normas vigentes.
- XII. Esclarecer, junto aos orientadores e discentes, que “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP” (Res. CNS nº 466/12 e complementares).
- XIII. Manter a relação de todas as pesquisas ligadas ao curso registradas no CEP.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 11. Todo TCC deverá ser, necessariamente, acompanhado por um professor orientador, sendo de sua responsabilidade acompanhar e orientar a elaboração de cada etapa do trabalho.

Parágrafo único – Constam das atribuições do professor orientador:

- I – Frequentar reuniões convocadas pela Coordenação de TCC;
- II – Assinar o trabalho final, verificando o atendimento das solicitações feitas pela banca e encaminhamentos do TCC de seus orientandos;
- III – Receber semanalmente seus alunos-orientandos;
- IV - Instruir previamente o aluno para a sua apresentação oral.

Art. 12. Cabe ao acadêmico, nos prazos estabelecidos neste regimento e pela Coordenação de TCC, escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração a disciplina ministrada pelo professor e/ou sua condição de pesquisador no curso.

Parágrafo único - Será aceita a co-orientação de um professor da UFT ou de outra Universidade, desde que o mesmo assuma, por escrito, tal encargo.

Art. 13. Na situação em que não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, o acadêmico deve procurar o Coordenador de TCC para que este lhe indique um orientador.

Parágrafo único. Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de TCC deve observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles. Ao assinar o termo de compromisso, o professor estará aceitando a sua orientação.

Art. 14. Cada professor pode orientar, no máximo, 4 (quatro) alunos por semestre. Parágrafo único. A carga horária mensal, por aluno, destinada a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Trabalho, obedece às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 15. É permitido ao professor orientador desistir da orientação.

§ 1º - Da solicitação de desistência deverão constar exposição de motivos e ciência do aluno.

§ 2º - A solicitação será encaminhada à Coordenação de TCC que dará ciência ao aluno interessado.

§ 3º. É da competência do Coordenador de TCC a solução de casos especiais, podendo ele, se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Colegiado do Curso.

Art. 16 O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos: I- frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC;

II- atender mensalmente, seus orientandos, em horário previamente fixado;

III- entregar relatório das atividades de orientação, mensalmente;

IV- avaliar o projeto de TCC que lhe for entregue pelo orientando, que deverá ser acompanhado de parecer de admissibilidade;

V - avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando, no decorrer da elaboração do trabalho;

VI- presidir a comissão examinadora, na apresentação pública do trabalho do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:

- proceder a abertura e ao encerramento protocolar dos trabalhos;
- conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores;
- reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da comissão examinadora, para a avaliação final;
- comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
- providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;

VII- cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 17. A responsabilidade pela elaboração do trabalho de conclusão de curso é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 18. O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por trinta dias consecutivos,

observado o cronograma proposto pela Coordenação de TCC e demais prazos estipulados neste regulamento.

CAPÍTULO V

DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 19. O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado sob a forma de monografia ou artigo científico redigido em Língua Portuguesa e/ou Libras, recorrendo para tal fim ao uso de filmagem. A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso escrito compõe-se de acordo com as normas da ABNT e especificações deste regulamento.

Art. 20 Compete ao orientando:

- I - Desenvolver as atividades do TCC de acordo com o plano e com o cronograma estabelecidos com o orientador;
- II – Redigir o TCC com clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e revisão ortográfica;
- III– Entregar, ao orientador, três cópias do TCC, vinte dias antes da defesa;
- IV - Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega do TCC, após o aval do orientador ao coordenador da disciplina.

Art. 21. O Trabalho de Conclusão de Curso quando escrito deve ser apresentado preenchendo os seguintes requisitos:

- I- Impresso em papel branco tamanho A4, fonte 12, em espiral;
- II- O corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão).
- III- O TCC será depositado junto à Coordenação do Curso de Letras: Libras, em três vias impressas, de igual teor e forma;

Art. 22. O Trabalho de Conclusão de Curso quando filmado em Libras deve ser formatado seguindo as normas do Manual para normalização de trabalhos monográficos em Libras e Língua Portuguesa do Departamento de Ensino Superior do Instituto de Educação de Surdos – Desu/INES. O Artigo Científico deve ser formatado seguindo as normas do Manual para normalização de trabalhos em Revista Brasileira de Vídeos Registros em Libras da Universidade Federal da Catarina - UFSC

Art. 23 A versão final do TCC será submetida à apreciação de três membros dentre os quais está o orientador do acadêmico como o Presidente da sessão, professores do Curso de Letras: Libras, ou de outro Curso da própria Instituição, ou demais profissionais (internos ou externos da Instituição), desde que tenha especial afinidade com o tema do trabalho a ser apresentado em sessão coordenada de evento acadêmico.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS

Art. 24. A entrega do TCC para revisão geral e parecer prévio do orientador será feita vinte dias antes do encerramento das aulas. A entrega definitiva do TCC e a apresentação em Banca deverão ocorrer uma semana antes do encerramento das aulas. **Parágrafo único:** O orientando terá até dez dias, após a apresentação em Banca, para entregar o trabalho em capa dura e em formato digital para o Coordenador da disciplina.

Capítulo VII DA COMISSÃO EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 25. A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§ 1º Não comparecendo algum dos professores designados para a composição da banca, deve ser comunicado, por escrito, ao Coordenador do Curso.

§ 2º Não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros examinadores, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no artigo anterior.

Art. 26. Todos os professores do Curso podem ser convocados para participarem das comissões examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Coordenador de TCC e designado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único: Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as comissões examinadoras, procurando ainda, evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) por semestre, ressalvadas as bancas que o professor funcione como presidente.

Art. 27. As sessões ordenadas de apresentação são públicas.

Art. 28. A comissão é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 29. O Trabalho de Conclusão de Curso será considerado aprovado se a média das notas dadas pelos membros da comissão for igual ou superior a 7,0, sendo analisados os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito:

- a) aspecto formal conforme as regras de formatação;
- b) adequação gramatical;
- c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes;
- d) delimitação do tema;
- e) relação da metodologia com o tema;
- f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema;

II – quanto à apresentação:

- a) clareza e linguagem na apresentação;
- b) consistência das respostas;
- c) postura perante a banca.

Art. 30. A apresentação conterá:

I - Até 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;

II- 10 minutos reservados a cada membro da comissão para considerações e perguntas e para as respostas do aluno;

III- durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador de TCC e pelo Coordenador do Curso de Letras: Libras.

Art. 32. Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo para garantir o bom funcionamento do curso, bem como para atender às exigências constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, nos níveis Fundamental e Médio, mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso Letras: Libras do *Câmpus* de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins,.

Art. 33. Este Regimento entra em vigência a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras: Libras, revogando-se as disposições em contrário.

7.4 Atividades Complementares

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

CURSO DE LETRAS: LIBRAS

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DO CURSO LETRAS: LIBRAS

Art. 1º- Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação da Resolução Normativa N° 09/2005 do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró Reitoria de Graduação – PROGRAD as adequações efetuadas.

TÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Art. 2º - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades acadêmico-científico-culturais do Curso de Letras: Libras, que compõem o núcleo flexível do currículo deste curso de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Art. 3º - As atividades acadêmico-científico-culturais do Curso de Letras: Libras tem carga horária global de duzentos e dez (210), em conformidade com a legislação vigente e afeta a cada um dos cursos, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Parágrafo Único – Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4º - As atividades acadêmico-científico-culturais do Curso de Letras: Libras são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

I - Atividades de Ensino;

II - Atividades de Pesquisa; III

- Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Art. 5º – As Atividades de Ensino compreendem:

- I. disciplinas complementares não previstas no currículo do Curso e cursadas na UFT e/ou em outras IES;
- II. atividades de monitoria;
- III. participação em mini-cursos;
- IV. cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6º - As Atividades de Pesquisa compreendem:

- I. livro publicado;
- II. capítulo de livro;
- III. projetos de iniciação científica;
- IV. projetos de pesquisa institucionais;
- V. artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- VI. artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
- VII. trabalho completo publicado em anais como autor;
- VIII. trabalho completo publicado em anais como co-autor;
- IX. resumo em anais;
- X. participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos. Art.

7º - As Atividades de Extensão compreendem:

- I. autoria e execução de projetos;
- II. participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- III. participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- IV. participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- V. apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
- VI. participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- VII. apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
- VIII. participação em oficinas;
- IX. visitas técnicas e dia de campo;
- X. estágios extracurriculares;
- XI. representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);
- XII. representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
- XIII. organizar e ministrar mini-cursos.

CAPÍTULO III

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Art. 8º – Os documentos comprobatórios das Atividades Acadêmico-científico-culturais deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9º -O aproveitamento das horas de Atividades Acadêmico-científico-culturais será divulgado na primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e na primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único – No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10 – O pedido de registro das Atividades Acadêmico-científico-culturais será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação do Curso, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único – Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional.

Art. 11 – O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade acadêmico- científico-culturais poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único – Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12 – Somente terão validade para cômputo, como Atividades Acadêmico-científico- culturais, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação no curso, exceto as atividades do Art. 5º, inciso I desta Resolução.

Art. 13 -Todas as Atividades Acadêmico-científico-culturais executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade. Art. 14 -A carga horária total das Atividades Acadêmico-científico-culturais definida no projeto político-pedagógico do Curso de Letras: Libras corresponde a duzentas e dez horas.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 -Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró- Reitoria de Graduação -PROGRAD as adequações efetuadas.

Art. 16 -Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS: LIBRAS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

Rua 3, s/nº, Quadra 17| Jardim dos
 Ipês Câmpus de Porto Nacional| 77500-000|Porto
 Nacional/TO |

(63) 3363-9447| www.uft.edu.br/letras-libras| librasportonacional@uft.br



FICHA DE AVALIAÇÃO DE
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (RESOLUÇÃO

Aluno(a):	Matrícula:
Curso:	Turno:
Câmpus:	

T I P O	CÓD.	NOME DA ATIVIDADE	CR É D I T O	CARG A HOR. P/ ATIV.	Nº ATI V.	CARGA HOR. ACUM. P/ATIV
E N S I N O	AC10 1	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina)	5			
	AC10 2	II – Atividades de monitoria; (por semestre)	5			
	AC10 3	III – Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso)	5			
	AC10 4	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso)	3			
	AC10 5	V – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	2			
P E S Q U I S A	AC20 1	I – Livro Publicado	50			
	AC20 2	II – Capítulo de Livro	20			
	AC20 3	III – Projetos de Iniciação Científica	15			
	AC20 4	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais	10			
	AC20 5	V – Artigo publicado como autor, (periódico com conselho editorial)	10			
	AC20 6	VI – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial)	05			
	AC20 7	VII – Artigo completo publicado em anais como autor;	05			
	AC20 8	VIII – Artigo completo publicado em anais como co-autor;	03			
	AC20 9	IX – Resumo em anais	03			
	AC21 0	X – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	03			
E X T E N S Ã O	AC30 1	I – Autoria e execução de projetos	15			
	AC30 2	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.); evento)	10			
	AC30 3	III – Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc); (por participação)	10			
	AC30 4	IV – Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc)	05			
	AC30 5	V – Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc); apresentação)	05			
	AC30 6	VI – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc)	03			
	AC30 7	VII–Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc)	03			

AC308	VIII – Participação em oficinas	03			
AC309	IX – Visitas técnicas	03			
AC310	X – Estágios extracurriculares; (cada 80 horas)	03			
AC311	XI – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc); semestre)	03			
AC312	XII – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc);	02			
AC401	Outras Atividades	02			
TOTAL GERAL					

_____, ____ / ____ / 20__

ASS./CARIMBO DO COORDENADOR DE CURSO